

Relatório de Gestão 2021

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL RECEITA E DESPESA	3
2.1. Enquadramento orçamental	3
2.2. Execução Orçamental – Receita	6
2.3. Execução Orçamental – Despesa.....	6
2.4. Saldo de Gerência	11
2.5. Análise da execução global.....	11
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
4. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	15
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO PERÍODO	16
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
8. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
9. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	45
10. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	52

1. Introdução

O funcionamento e o desempenho de uma organização deve ser objetivado em instrumentos de gestão, documentos que reúnem a informação relativa a várias áreas, permitindo assim acompanhar tendências e obter perspectivas que ajudem os dirigentes na tomada de decisão.

O presente relatório permite uma análise económica e financeira da ANQEP e evidencia o grau de execução da receita e da despesa no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, traduzindo de forma fidedigna os registos contabilísticos da instituição.

A análise da situação económica e financeira do ano de 2021 tem como suporte o Sistema Nacional Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP) e as aplicações informáticas utilizadas pela ANQEP, I.P. para a devida gestão financeira e orçamental, patrimonial e de recursos humanos, indispensáveis à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

2. Análise Orçamental Receita e Despesa

Os dados agora apresentados têm por base os elementos submetidos no SIGO – Sistema de Informação de Gestão Orçamental da Direção Geral do Orçamento (DGO), à data de 31 de dezembro de 2021, e dizem respeito à execução económica, antes do encerramento de contas do ano em referência. Esta informação corresponde à que foi prestada também à DGO e ao coordenador do programa P014 – Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar – o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE) do Ministério da Educação (ME).

Relativamente à Prestação da Conta de Gerência do ano económico de 2021, a mesma irá ser submetida ao Tribunal de Contas. Serão enviados à DGO e ao coordenador do Programa P014 – IGeFE, I.P., todos os elementos e dados patrimoniais e orçamentais, resultantes da execução do ano em questão.

2.1. Enquadramento orçamental

Os valores da execução orçamental apresentados estão construídos numa base de contabilidade pública e, expressando com verdade os movimentos efetuados no exercício, evidenciam, de acordo com as regras que lhe são próprias, os fluxos de tesouraria verificados. Complementarmente, essa mesma execução demonstra que os meios financeiros atribuídos foram aplicados conforme o aprovado pela autoridade orçamental (DGO).

O Orçamento de Funcionamento (OF) da ANQEP, I.P. para 2021, foi estruturado de acordo com as orientações emitidas na Circular Série A n.º 1399 da DGO, de 31 de julho de 2020 e inscrito no Programa P014 - Ensino básico e secundário e administração escolar, Medida 015 – Educação - Administração e regulamentação.

O Orçamento Inicial da Despesa apresentava uma dotação de 12 510 557€, financiado maioritariamente por Receitas Próprias (36,34%) e Receitas de Impostos (30,27%), sendo o remanescente por Fundos Europeus (33,39%).

TABELA 1 – ORÇAMENTO 2021

	(€)
Financiamento Nacional	8 333 291
Receitas de Impostos	3 787 461
Receitas Próprias	4 545 830
Financiamento Europeu	4 177 266
Total	12 510 557

Do montante aprovado e de harmonia com a Lei n.º 2/2020, de 31 de março e o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, foi feita uma reserva no valor de 113 646€, respeitante às verbas provenientes do Orçamento da Segurança Social, ficando um Orçamento disponível de 12 396 911€, discriminado pelas seguintes Fontes de Financiamento, conforme tabela seguinte.

TABELA 2 - ORÇAMENTO CORRIGIDO 2021

	(€)		
Orçamento	Aprovado	Cativos/Reserva	Corrigido
Financiamento Nacional	8 333 291	113 646	8 219 645
Receitas de Impostos	3 787 461	0	3 787 461
Receitas Próprias	4 545 830	113 646	4 432 184
Financiamento Europeu	4 177 266	0	4 177 266
Total	12 510 557	113 646	12 396 911

No exercício de 2021, foi integrado o saldo transitado de 2020, no montante de 1.941.015 €, constituído exclusivamente por saldos de Fundos Europeus.

TABELA 3 - INTEGRAÇÃO DE SALDOS POR FINANCIAMENTO

(€)

Fonte de Financiamento	Previsão		Variação (3)=(2)/(1)
	Inicial (1)	Corrigida (2)	
Financiamento Nacional	8 333 291	10 447 711	125,4%
Receitas de Impostos	3 787 461	3 787 461	100,0%
Saldos de RI não afetas a projetos cofinanciados	0	6 052	-
RG-RNAP/ORG. Ministério da Educação - RI	0	974	-
Receitas Próprias	4 545 830	4 545 830	100,0%
Saldos de RP transitados - Com outras origens	0	2 102 933	-
RG-RNAP/ORG. Ministério da Educação - RP	0	4 461	-
Financiamento Europeu	4 177 266	6 118 281	146,5%
Receitas de FE	4 177 266	4 177 266	100,0%
Receitas com transição de saldos de FE	0	1 941 015	-
Total	12 510 557	16 565 992	132,4%

Após integração, o Orçamento da Receita ajustado passou a totalizar o montante de 16.565.992 €, havendo assim um acréscimo de dotação na ordem dos 32,4%. A transição e integração dos saldos da gerência dos Fundos Europeus em despesa foram autorizadas superiormente pelo coordenador do Programa P014 - Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar. No entanto, e conforme a alínea a), do nº 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, o montante integrado foi apenas aplicado em despesas provenientes das atividades dos projetos cujos saldos transitaram do ano anterior.

Neste âmbito, a tabela seguinte apresenta o montante da integração de saldos, por grandes grupos económicos.

TABELA 4 - INTEGRAÇÃO DE SALDOS POR GRUPOS ECONÓMICOS

(€)

Classificação Económica	Dotação		Ajustada (3) = (1)+(2)
	Inicial (após cativos e reserva) (1)	Integração de saldos (2)	
01 Despesas com Pessoal	4 603 561	266 706	4 870 267
02 Aquisição de Bens e Serviços	6 649 339	1 383 876	8 033 215
04 Transferências Correntes	631 269	211 816	843 085
06 Outras Despesas Correntes	5 000	78 617	83 617
07 Aquisição de Bens de Capital	507 742	-	507 742
TOTAL	12 396 911	1 941 015	14 337 926

2.2. Execução Orçamental – Receita

A execução orçamental da Receita no ano de 2021, assenta numa receita cobrada bruta de 12.479.346 €, representando uma execução de 75,3% com uma repartição por grandes grupos económicos, conforme consta na tabela 16.

De realçar o peso das transferências correntes (63,95%), seguida da integração de saldos (32,45%), e por último, as transferências de capital e reposições não abatidas nos pagamentos, com o peso residual de 3,55% e 0,04%, respetivamente.

TABELA 5 - RECEITA COBRADA POR GRUPO ECONÓMICO

Classificação Económica	Previsão		Receita cobrada	Taxa Exec. (%)	Peso (%)
	Inicial	Corrigida			
06 Transferências Correntes	12 002 815	12 067 315	7 980 672	66,1%	64,0%
10 Transferências de Capital	507 742	443 242	443 242	100,0%	3,6%
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	0	5 435	5 433	100,0%	0,0%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	4 050 000	4 049 999	100,0%	32,5%
TOTAL	12 510 557	16 565 992	12 479 346	75,3%	100,0%

No que respeita à origem da receita, as transferências provenientes do Orçamento da Segurança Social e do Orçamento de Estado, representam 35,5% e 25,2% da receita cobrada, respetivamente. Quanto às receitas provenientes dos Fundos Europeus (através de instâncias intermédias nacionais ou diretamente provenientes de instituições da União Europeia/EU), as mesmas corresponderam, em 2021, a 6,8%. Contudo e acrescendo a estes recursos os saldos de gerência do ano de 2020, que constituem receita própria da ANQEP, I.P. no âmbito de projetos e parcerias europeias em curso, este indicador atingiu os 22,3%.

2.3. Execução Orçamental – Despesa

Na globalidade da dotação corrigida da despesa geriu-se um total de 14.451.572€, com a despesa paga a perfazer o montante de 5.358.136,83 €, apresentando um nível de execução final de 37,08%, sendo de destacar:

- 3.728.598,86 € em Despesas com Pessoal, correspondendo a 69,59% da despesa paga.
- 864.888,07 € em Aquisição de Bens e Serviços, correspondendo a 16,14% da despesa paga.

Analisando a execução da despesa por Fonte de Financiamento e, conseqüentemente, a taxa de execução sobre a dotação ajustada, temos:

- Orçamentos de Estado (OE) - Fonte de Financiamento 311 – com uma dotação corrigida de 3.342.400,00€, foram executados 2.965.730,13€ (aproximadamente 88,7%), sendo que a grande maioria da despesa nesta Fonte é com pessoal.
- Receita Própria transferida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) – Fonte de Financiamento 541 – em que de uma dotação corrigida

de 4.545.830,00€ foram executados 1.849.302,75€ (40,7%), dos quais 965.303,48€ destinaram-se a despesas com pessoal e 763.160,37€ respeitam a aquisições de bens e serviços.

- Financiamento Europeu (FE) – projetos financiados pela Comissão Europeia (CE) - tiveram uma execução final de 543.103,95€ com uma taxa de aproximadamente 35,9% sobre a dotação corrigida.

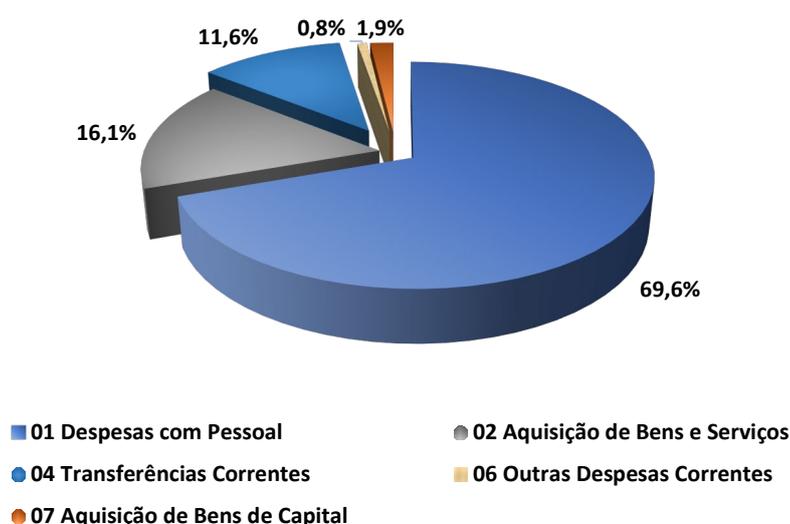
Relativamente à natureza económica da despesa, apresenta-se a tabela e o gráfico seguintes que permitem uma análise abrangente aos níveis de execução e do respetivo peso de cada agrupamento de despesa.

TABELA 6 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR GRUPOS ECONÓMICOS

Agrupamento de Despesa	Dotação		Despesa Efetiva (3)	Taxa Exec. (%) (4)=(3)/(2)	Peso (%)
	Inicial (1)	Corrigida (2)			
01 Despesas com Pessoal	4 603 561	4 943 345	3 728 598,86	75%	70%
02 Aquisição de Bens e Serviços	6 649 339	8 036 872	864 888,07	11%	16%
04 Transferências Correntes	631 269	830 850	622 765,00	75%	12%
06 Outras Despesas Correntes	118 646	197 263	41 194,02	21%	1%
07 Aquisição de Bens de Capital	507 742	443 242	100 690,88	23%	2%
TOTAL GLOBAL	12 510 557	14 451 572	5 358 136,83	37%	100%

Constata-se que o agrupamento 01 – Despesas com Pessoal é o que tem maior execução, com 75,43 %, representando 69,59% da despesa efetiva em 2021, seguido pelo agrupamento 04 – Transferências Correntes com uma execução de 74,96%, representando 11,62% da despesa efetiva. O agrupamento 02 – Aquisição de Bens e Serviços representa 16,14% do total da despesa realizada.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR AGRUPAMENTOS DE DESPESA



No que se refere à análise da tabela seguinte, onde consta a despesa executada, por atividade, verifica-se que:

A atividade 258 – Gestão Administrativa representa o maior peso na execução final do ano de 2021, cerca de 80,4%, pelo facto de ser nesta atividade que estão inseridas a maior parte das despesas com pessoal da ANQEP, I.P.. É também uma atividade com uma execução elevada (72,4%), pela justificação anteriormente apontada, acrescida da imputação dos custos de funcionamento da ANQEP, I.P..

A atividade 255 – Informação, Documentação, Conhecimento e Gestão TIC teve uma taxa de execução de 44,7%, correspondendo a uma despesa no montante de 271.772,25€. Estas despesas tiveram como finalidade assegurar a conceção da estratégia de comunicação interna e externa e promoção da imagem institucional da ANQEP, I.P.. Integra, igualmente, a gestão da rede e sistemas informáticos e o suporte técnico aos utilizadores e aos sistemas de informação.

A atividade 209 – Formação Profissional teve uma taxa de execução de 10,0%, cuja despesa realizada totalizou 776.398,66€. Estas despesas tiveram como objetivo promover o desenvolvimento da capacidade e qualidade de resposta dos Centros Qualifica e assegurar a atualização contínua e permanente do Catálogo Nacional de Qualificações, bem como a promoção e regulação da oferta diversificada da educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos.

Não existiram despesas nas atividades Cov 258 – Gestão Administrativa, Cov 255 – Informação, Documentação, Conhecimento e Gestão TIC e atividade Cov 209 – Formação Profissional, uma vez que todas as despesas necessárias para fazer face aos efeitos da pandemia tinham sido efetivadas em 2020.

Tabela 7 - Execução orçamental por atividade

Atividades	Dotação		Despesa Efetiva	Taxa Execução (%)	
	Inicial	Corrigida		Execução (%)	Peso (%)
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(2)	
209 Formação Profissional	5 843 203	7 784 219	779 398,66	10,0%	14,5%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	1 220 876	1 220 877	236 294,71	19,4%	4,4%
Financiamento Europeu	4 177 266	4 177 266	73 680,00	1,8%	1,4%
Receita com transição de saldos	0	1 941 015	469 423,95	24,2%	8,8%
Transferência de RP afetas a projetos confinan	445 061	445 061	0,00	0,0%	0,0%
255 Informação, Documentação, Conhecimento e Gestão TIC	607 992	607 995	271 772,25	44,7%	5,1%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	607 992	607 995	271 772,25	44,7%	5,1%
258 Gestão Administrativa	5 945 716	5 945 712	4 306 965,92	72,4%	80,4%
Receitas Gerais	3 342 400	3 342 400	2 965 730,13	88,7%	55,4%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	2 603 316	2 603 312	1 341 235,79	51,5%	25,0%
957 Gestão de Recursos Financeiros	113 646	113 646	0,00	0,0%	0,0%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	113 646	113 646	0,00	0,0%	0,0%
Cov 209 Formação Profissional, no âmbito do COVID-19	0	0	0,00		0,0%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	0	0	0,00		0,0%
Cov 255 Informação, Documentação, Conhecimento e Gestão TIC, no âmbito do COVID-19	0	0	0,00		0,0%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	0	0	0,00		0,0%
Cov 258 Gestão Administrativa, no âmbito do COVID-19	0	0	0,00		0,0%
Transf. Receitas Próprias entre organismos	0	0	0,00		0,0%
Total	12 510 557	14 451 572	5 358 136,83	37,1%	100,0%

No que diz respeito à origem do financiamento, a despesa efetiva da ANQEP, I.P. é financiada por Receitas de Impostos não afetas a projetos cofinanciados (FF 311), com 55,35%, seguida pelas Transferências de Receitas Próprias entre Organismos (FF 541) e Receitas com Financiamento e Transição de Saldos de Fundos Europeus (FF 443, 482 e 488), com 34,51% e 10,14%, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta a distribuição da despesa por Fontes de Financiamento e agrupamentos de despesa, com as Transferências Correntes a apresentar uma taxa de execução de 99,6% nas FF 311 (pagamento à AMEC e AR.CO), FF 443, 482 e 488 e FF 541 (inclui montante destinado ao pagamento da subvenção à OCDE).

TABELA 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR FONTE FINANCIAMENTO E AGRUPAMENTO DE DESPESA

€

Fontes Financiamento	Agrupamento Económico	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Despesa Efetiva	Taxa Execução (%)
311 Receitas de Impostos não afetas a projetos cofinanciados, provenientes de transferências do OE	Despesas com Pessoal	2 811 600,00	2 814 761,00	2 442 576,95	86,8%
	Aquisição de Bens e Serviços	750,00	3 250,00	603,18	18,6%
	Transferências Correntes	530 050,00	524 389,00	522 550,00	99,6%
	TOTAL 311	3 342 400,00	3 342 400,00	2 965 730,13	88,7%
369 Transferência de RP afetas a projetos cofinanciados entre organismos	Aquisição de Bens e Serviços	445 061,00	445 061,00	0,00	0,0%
	TOTAL 369	445 061,00	445 061,00	0,00	0,0%
414 Financiamento da União Europeia no âmbito do FEDER - Lisboa 2020	Despesas com Pessoal	753,00	753,00	0,00	0,0%
	Aquisição de Bens e Serviços	18 486,00	18 486,00	0,00	0,0%
	TOTAL 414	19 239,00	19 239,00	0,00	0,0%
417 Financiamento da União Europeia no âmbito do FEDER - PO Assistência Técnica	Despesas com Pessoal	165 255,00	165 255,00	0,00	0,0%
	Aquisição de Bens e Serviços	2 418 227,00	2 418 227,00	0,00	0,0%
	TOTAL 417	2 583 482,00	2 583 482,00	0,00	0,0%
443 Financiamento da União Europeia no âmbito do Fundo Social Europeu - PO Capital Humano	Despesas com Pessoal	1 145,00	68 055,00	67 108,33	98,6%
	Aquisição de Bens e Serviços	1 480 620,00	1 413 710,00	0,00	0,0%
	TOTAL 443	1 481 765,00	1 481 765,00	67 108,33	4,5%
446 Financiamento da União Europeia no âmbito do Fundo Social Europeu - Lisboa 2020	Despesas com Pessoal	738,00	738,00	0,00	0,0%
	Aquisição de Bens e Serviços	1 107,00	1 107,00	0,00	0,0%
	TOTAL 446	1 845,00	1 845,00	0,00	0,0%
482 Outros Fundos Europeus	Despesas com Pessoal	0,00	3 007,00	3 004,67	99,9%
	Aquisição de Bens e Serviços	10 000,00	13 567,00	3 567,00	26,3%
	Outras Despesas Correntes	80 935,00	74 361,00	0,00	0,0%
	TOTAL 482	90 935,00	90 935,00	6 571,67	7,2%
488 Saldos de Fundos Europeus	Despesas com Pessoal	0,00	266 706,00	250 605,43	94,0%
	Aquisição de Bens e Serviços	0,00	1 383 876,00	97 557,52	7,0%
	Transferências Correntes	0,00	211 816,00	80 172,00	37,8%
	Outras Despesas Correntes	0,00	78 617,00	41 089,00	52,3%
	TOTAL 488	0,00	1 941 015,00	469 423,95	24,2%
541 Transferências de Receitas Próprias entre organismos, provenientes do OSS	Despesas com Pessoal	1 624 070,00	1 624 070,00	965 303,48	59,4%
	Aquisição de Bens e Serviços	2 275 088,00	2 339 588,00	763 160,37	32,6%
	Transferências Correntes	20 284,00	20 284,00	20 043,00	98,8%
	Outras Despesas Correntes	118 646,00	118 646,00	105,02	0,1%
	Despesas Capital	507 742,00	443 242,00	100 690,88	22,7%
	TOTAL 541	4 545 830,00	4 545 830,00	1 849 302,75	40,7%
TOTAL	12 510 557,00	14 451 572,00	5 358 136,83	37,1%	

Analisando a execução da despesa por Fonte de Financiamento, temos:

Fonte de Financiamento 311 – Receitas de Impostos (OE) – com uma dotação corrigida de 3.342.400 €, foram executadas despesas no montante de 2.965.668,12€, o que corresponde uma taxa de execução de 88,7%. Conforme já referido, esta Fonte de Financiamento apresenta uma taxa de execução elevada visto ser o resultado da imputação das despesas com pessoal e da participação da Agência em despesas de capital nos

projetos cofinanciados. É também nesta Fonte de Financiamento que estão imputadas as transferências para a AMEC – Associação de Música, Educação e Cultura e AR.CO – Centro de Arte & Comunicação Visual.

Fonte de Financiamento 414/417/443/446/482 – Financiamento Europeu (FE) – projetos financiados por Fundos Europeus – a dotação corrigida no conjunto destas FF foi de 4.177.266€, com uma execução de 73.680€, o que perfaz uma taxa de execução de 1,8%.

A FF 414 não teve qualquer execução uma vez que o projeto ADC LISBOA-09-61677-FEDER-000034 já terminou e apenas deu entrada o saldo final.

Quanto à FF 417, apresenta uma dotação corrigida de 2.583.482,00€, não tendo qualquer execução, uma vez que não houve entrada de receita em 2021 por meio de adiantamento ou reembolso, no âmbito dos projetos POAT2020-PIAAC - POAT-01-6177-FEDER-000027 e PORLX-AT-20-23 - LISBOA-09-6177-FEDER-000049.

A FF 443 diz respeito aos projetos de “Assistência Técnica”, no âmbito do POCH (Programa Operacional Capital Humano). As despesas inerentes a estes projetos foram no âmbito de despesas com pessoal, no valor de 67.108,33€.

A FF 446, com uma dotação corrigida de 1.845,00 €, não teve qualquer execução, uma vez que não houve entrada de receita em 2021 por meio de adiantamento ou reembolso, no âmbito do projeto PICIE - Projeto LISBOA-07-5266-FSE-000091.

Quanto à FF 482, a execução em 2021 ascende a 6.571,67€, para a qual contribuíram a aquisição de serviços de apoio digital a reuniões e conferências e serviços de tradução, no âmbito do Projeto n.º CCE VS-2021-0097.

Fonte de Financiamento 488 – Saldos de Fundos Europeus (FE) – com uma dotação corrigida de 1.941.015 €, foram realizadas despesas no montante de 469 423,95 €. Esta FF diz respeito aos saldos do ano de 2020, transitados para o ano de 2021, cuja imputação de despesa terá que ser realizada nos projetos que transitam igualmente de 2021 para 2022. Neste sentido, as principais despesas foram: contribuição voluntária da adesão de Portugal ao 2.º ciclo do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC) de 2019 a 2023; aquisição de serviços de edição e produção de vídeos (Projeto n.º POCH-04-5267-FSE-000125); aquisição de solução informática para implementação do Módulo PIAAC (Projeto n.º POAT-01-6177-FEDER-000027); aquisição de serviços relativos ao Seminário (Projeto n.º POCH-04-5267-FSE-000125); devolução de verbas não executadas referente a projetos cofinanciados concluídos e pagamento de despesas com pessoal.

Fonte de Financiamento 541 – Receita Própria transferida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – da dotação corrigida no montante de 4 545 830€ foram executadas despesas no montante de 1.849.302,75 €. As receitas desta FF financiaram todas as despesas relacionadas com as atividades operacionais da Agência, tais como: encargos com pessoal; conceção e produção de peças publicitárias para a disseminação de campanhas sobre o Programa Qualifica e sobre o Ensino Profissional; aquisição de serviços para desenvolvimentos da plataforma SIGO e Passaporte Qualifica, no âmbito da medida do PRR Acelerador Qualifica; aquisição de Licenciamento de software Microsoft em Modelo de Subscrição – 2021; aquisição de Equipamento Informático;

aquisição de serviços de Sistema de Controlo Interno no âmbito dos fundos do PRR; aquisição de uma bolsa de horas para garantir a manutenção evolutiva e corretiva das plataformas eletrónicas do CNQ e Garantia da Qualidade; contribuição voluntária da adesão de Portugal ao 2.º ciclo do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos em 2019 a 2023; aquisição de serviços para a consecução do Projeto #EstudoEmCasa no ano letivo 2020/2021; Módulo de Integração do ERP SINGAP com a FE-AP da eSPap. Financiaram ainda despesas associadas ao funcionamento da Agência tais como: arrendamentos, consultoria jurídica, aquisição de serviços de promoção da segurança e saúde no trabalho pelo período de 36 meses, comunicações, *renting* das viaturas de serviço, serviços de viagens, serviços de vigilância e limpeza do edifício, serviços de cópia e impressão.

2.4. Saldo de Gerência

O saldo resultante da execução orçamental do ano económico de 2021, ascende a 5.006.791€. Relativamente aos saldos das FF 311 e 541, irão ser depositados nos cofres de Estado (tesouraria do Estado e IGFSS), a título de restituição, os montantes de 183.425€ e 2.582.881€, respetivamente. O remanescente, no montante de 2.240.485€, vai ser integrado no Orçamento da ANQEP, I.P. no exercício de 2022.

TABELA 9 - SALDOS DE GERÊNCIA

(€)

Saldo de Gerência 2021 (antes de encerramento)			
FF	Receita (líquida)	Despesa (líquida)	Saldo
311	3 149 156	2 965 730	183 425
414	5 213	0	5 213
443	799 292	67 108	732 183
482	38 070	6 572	31 498
488	1 941 014	469 424	1 471 590
541	4 432 184	1 849 303	2 582 881
Total	10 364 928	5 358 137	5 006 791

2.5. Análise da execução global

Em termos de execução global, o ano de 2021 teve uma taxa mais baixa (37,1%), comparativamente ao ano de 2020 (58,5%) e 2019 (81,3%), fruto do surto pandémico COVID-19 em Portugal. Ao nível da ANQEP, I.P., e atendendo à situação excecional, verificou-se a ausência da Agência em feiras e eventos que não foram realizados, face à evolução do surto, nomeadamente a Futurália – Feira de Educação, Formação e Orientação Educativa e a Qualifica.

Esta situação também prejudicou a execução de atividades no âmbito de projetos financiados por fundos europeus com destaque para os seguintes processos que representam verbas significativas:

- Aquisição de serviços para a realização do inquérito às competências dos adultos incluído no Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (Programme for the International Assessment of Adult Competencies – PIAAC)
- Aquisição de Estudos de diagnóstico de necessidades de qualificações e competências e atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)
- Processo de contratação de meios para campanha de comunicação para a Qualificação de Adultos
- Processo de contratação de meios para campanha de comunicação para o Ensino Profissional

TABELA 10 – TAXAS DE EXECUÇÃO EM 2021, 2020 E 2019, POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Fonte de Financiamento	2021	2020	2019
311	88,7%	99,9%	100,0%
411	0,0%	0,0%	37,0%
414	0,0%	69,6%	0,0%
417	0,0%	15,8%	0,0%
441	0,0%	8,2%	0,0%
443	4,5%	14,5%	45,0%
446	0,0%	0,0%	0,0%
482	7,2%	6,1%	8,0%
488	24,2%	51,3%	96,0%
540	40,7%	51,7%	65,0%
Total	37,1%	58,5%	81,3%

3. Análise Económica e Financeira

O balanço, as demonstrações de resultados por natureza, de fluxos de caixa e das alterações no património líquido, bem como o respetivo anexo às demonstrações financeiras, constituem a base para a apresentação de demonstrações financeiras, sendo a componente principal do relato financeiro.

Em termos globais, o Ativo situou-se nos 5 milhões 442 mil euros, aumentando em cerca de 920 mil euros face a 2020. A contribuição com maior destaque para o Ativo Líquido registou-se na rubrica de disponibilidades com uma representatividade de 92,04%.

Este saldo resulta, por um lado, do valor de projetos com financiamento europeu cuja execução decorrerá durante 2022 e, por outro, do saldo de gerência apurado, proveniente de transferências e subsídios correntes que será devolvido no início de 2022.

Verificamos igualmente uma diminuição dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e um ligeiro aumento nos acréscimos e diferimentos.

TABELA 11: BALANÇO (ATIVO)

Ativo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	345 382,50	6,35%	389 415,96	8,61%	-44 033,46	-11,31%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	402,01	0,01%	444,80	0,01%	-42,79	-9,62%
Disponibilidades	5 009 178,69	92,04%	4 052 385,65	89,61%	956 793,04	23,61%
Acréscimos e Diferimentos	87 173,50	1,60%	80 062,27	1,77%	7 111,23	8,88%
Total do Ativo	5 442 136,70	100,00%	4 522 308,68	100,00%	919 828,02	20,34%

No quadro seguinte apresentam-se as rubricas do Património Líquido e do Passivo.

TABELA 12: BALANÇO (PATRIMÓNIO + PASSIVO)

Património + Passivo	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Património + Reservas	342 543,74	-218,91%	342 543,74	-195,90%	0,00	0,00%
Resultados Transitados	-906 815,05	579,52%	-922 887,72	527,80%	16 072,67	-1,74%
Outras Variações no Património Líquido	345 382,50	-220,72%	389 415,96	-222,71%	-44 033,46	-11,31%
Resultado Líquido Exercício	62 411,58	-39,89%	16 072,67	-9,19%	46 338,91	288,31%
Total Património Líquido	-156 477,23	100,00%	-174 855,35	100,00%	18 378,12	-10,51%
Provisões	53 880,91	0,96%	103 780,90	2,21%	-49 899,99	-48,08%
Dívidas a terceiros de curto prazo	3 636 865,23	64,96%	2 652 369,03	56,47%	984 496,20	37,12%
Acréscimos e Diferimentos	1 907 867,79	34,08%	1 941 014,10	41,32%	-33 146,31	-1,71%
Total Passivo	5 598 613,93	100,00%	4 697 164,03	100,00%	901 449,90	19,19%
Total Património e Passivo	5 442 136,70	100,00%	4 522 308,68	100,00%	919 828,02	20,34%

O total de Património Líquido situou-se em -156 mil euros, registando uma melhoria de 10,51% face a 2020.

Os resultados transitados revelam um aumento devido aos Resultados Líquidos positivos do exercício de 2020.

Quanto ao Passivo, houve um aumento das dívidas a terceiros a curto prazo, tendo um peso significativo o reconhecimento, no balanço, dos valores a pagar em 2022 respeitantes às férias e subsídio de férias dos trabalhadores, bem como, a rubrica de credores por devolução de transferências no montante de 3.098.923,47 € referente à devolução dos saldos de gerência.

Relativamente ao exercício de 2021, apresenta-se nos quadros seguintes uma síntese dos rendimentos e gastos.

TABELA 13: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (RENDIMENTOS)

Rendimentos	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 257 445,95	95,81%	5 623 034,56	97,26%	-365 588,61	-6,50%
Provisões (reversão)	79 900,00	1,46%				
Outros Rendimentos	150 157,66	2,74%	158 160,54	2,74%	-8 002,88	-5,06%
Total de Rendimentos	5 487 503,61	100,00%	5 781 195,10	100,00%	-373 591,49	-6,46%

TABELA 14: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (GASTOS)

Gastos	2021		2020		Variação 2021/2020	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Fornecimentos e serviços externos	805 784,86	14,68%	1 344 687,13	23,26%	-538 902,27	-40,08%
Gastos com pessoal	3 728 542,46	67,95%	3 508 124,04	63,93%	220 418,42	6,28%
Transferências e subsídios concedidos	621 523,86	11,33%	694 069,54	12,65%	-72 545,68	-10,45%
Provisões (aumentos/reduções)	30 000,01	0,55%		0,00%	30 000,01	
Outros gastos	94 516,50	1,72%	112 302,34	2,05%	-17 785,84	-15,84%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	144 724,34	2,64%	105 939,38	1,93%	38 784,96	36,61%
Total de Rendimentos	5 425 092,03	100,00%	5 765 122,43	100,00%	-340 030,40	-5,90%

Em termos globais e pela análise e demonstração comparativa de resultados concluímos que os rendimentos ascenderam a 5.487.503,61 euros, o que representou uma diminuição de cerca de 6,46% em relação a 2020.

Quanto aos gastos verificou-se, termos globais, uma redução de 5,90% comparativamente a 2020. A principal diminuição (cerca de 40%) ocorreu nos fornecimentos e serviços externos tendo-se verificado, em sentido inverso, um aumento dos gastos com pessoal e das rubricas de provisões e depreciações.

Na Tabela seguinte sintetizam-se os principais indicadores da Demonstração de Resultados:

TABELA 15: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – SÍNTESE

Descrição	Valor €
1- Rendimentos	5 487 503,61
2 - Gastos	5 280 367,69
3 - EBITDA (1-2)	207 135,92
4 - Depreciações	144 724,34
5 - EBITD (3-4)	62 411,58
6 - Rendimentos e Gastos de Financiamento	0
7 - Resultado Líquido período (5+6)	62 411,58

O resultado líquido, em 2021, foi positivo em 62.411,58 €, ascendendo o EBITDA a 207.135,92 euros.

O EBITDA, que representa o resultado operacional antes de depreciações e resultado financeiro, é importante para analisar o desempenho da organização em termos de eficiência, pois avalia a diferença entre os gastos e rendimentos diretamente relacionados com a atividade.

Sendo o EBITDA positivo, podemos afirmar que a atividade operacional da ANQEP gera um *cash flow* positivo.

4. Indicadores Económicos e Financeiros

TABELA 16: RÁCIO DE LIQUIDEZ GERAL

Ativo Circulante	÷	Passivo Circulante	=
5 009 580,70	÷	3 690 746,14	135,73%

Os indicadores de liquidez têm como principal objetivo medir a capacidade da entidade em cumprir os seus compromissos de ordem financeira de curto prazo, como é o caso dos gastos com vencimentos, arrendamento, energia, informática, entre outras obrigações operacionais.

A liquidez geral compara a totalidade do ativo de curto prazo com a totalidade do passivo de curto prazo. Verifica-se que a totalidade dos ativos é superior aos compromissos ou responsabilidades da instituição no curto prazo (ou seja, no prazo de 1 ano).

Neste caso, verifica-se que a ANQEP tem capacidade de cumprir os seus compromissos a curto prazo uma vez que apresenta disponibilidades superiores às dívidas de curto prazo. De referir que no cálculo deste rácio não foram contempladas, nem no ativo nem no passivo, as contas de acréscimos e diferimentos.

A restante informação financeira está relatada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Por fim destacamos ainda que a ANQEP está a estudar a melhor forma de implementar instrumentos de análise e reporte com o intuito de dar resposta ao previsto no §34 da NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

5. Factos relevantes após o termo do período

Após o termo do exercício de 2021 e até à data deste relatório não se registaram factos relevantes que possam implicar ajustamentos às contas ou que requeiram a sua divulgação.

Constata-se que a pandemia COVID-19 trouxe incerteza na evolução da economia portuguesa que será claramente agravada pelos efeitos da guerra na Ucrânia.

Terão que ser analisadas de forma contínua as contas da ANQEP em 2022, de forma a verificar eventuais repercussões na sua atividade, nomeadamente:

- Redução das transferências orçamentais devido a eventuais pressões sobre o nível de défice orçamental em função da evolução económica;
- Aumento dos gastos relacionados com a atividade operacional da Agência, designadamente, no âmbito dos encargos ligados a consumos energéticos, mas também pelo efeito do aumento de preços nas aquisições de serviços previstas no âmbito dos projetos em curso.

A implementação do Plano de Recuperação e Resiliência terá um impacto significativo na ANQEP, nomeadamente:

- No aumento do volume de trabalho (originando necessidades de contratação de pessoal),
- No incremento de processos de contratação pública;
- Sistema de controlo interno e de gestão das verbas atribuídas;
- Eventuais alterações nas medidas de prevenção e gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas cujo relatório, referente a 2020 e 2021, está a ser ultimado.

6. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido do exercício apurado em 2021, no montante de 62.411,58 €, deverá, segundo proposta do Conselho Diretivo, ser transferido para resultados transitados.

O Conselho Diretivo:

A Presidente

Filipa Henriques de Jesus

A Vogal do Conselho Diretivo da ANQEP, I.P.

Alexandra Figueiredo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	236.622,35	292.776,39
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	108.760,15	96.639,57
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		345.382,50	389.415,96
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	402,01	402,01
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		0,00	42,79
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos	23	87.173,50	80.062,27
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	5.009.178,69	4.052.385,65
		5.096.754,20	4.132.892,72
Total do ativo		5.442.136,70	4.522.308,68

Patrimônio Líquido				
Patrimônio/Capital	23	342.543,74	342.543,74	
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	
Prêmios de emissão		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	23	-906.815,05	-922.887,72	
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Outras variações no patrimônio líquido	23	345.382,50	389.415,96	
Resultado líquido do período	23	62.411,58	16.072,67	
Dividendos antecipados		0,00	0,00	
Interesses que não controlam		0,00	0,00	
		-156.477,23	-174.855,35	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	15	53.880,91	103.780,90	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	
Fornecedores		0,00	0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	
Diferimentos		0,00	0,00	
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar		0,00	0,00	
		53.880,91	103.780,90	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	3.098.923,47	2.108.984,12	
Fornecedores	23	16.952,55	48,44	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	23	29.711,44	33.645,60	
Accionistas/sócios/associados		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar	23	491.277,77	509.690,87	
Diferimentos	23	1.907.867,79	1.941.014,10	
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	
		5.544.733,02	4.593.383,13	
		5.598.613,93	4.697.164,03	
Total do Passivo				
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		5.442.136,70	4.522.308,68	

7.2. Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 E 23	5.257.445,95	5.623.034,56
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(805.784,86)	(1.344.687,13)
Gastos com pessoal	19	(3.728.542,46)	(3.508.124,04)
Transferências e subsídios concedidos	23	(621.523,86)	(694.069,54)
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	49.899,99	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	150.157,66	158.160,54
Outros gastos	23	(94.516,50)	(112.302,34)
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento		207.135,92	122.012,05
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(144.724,34)	(105.939,38)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		62.411,58	16.072,67
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		62.411,58	16.072,67
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		62.411,58	16.072,67

7.3. Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	Patrimônio líquido atribuído aos detentores do patrimônio líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido	
		Capital / Patrimônio subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Total			
Posição no início do período	(1)	342.543,74	-	-	-	-	(922.887,72)	-	-	-	389.415,96	16.072,67	(174.855,35)	-	(174.855,35)
Alterações no período															
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respetivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(44.033,46)	-	(44.033,46)	-	(44.033,46)	
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		-	-	-	-	-	16.072,67	-	-	-	-	(16.072,67)	-	-	
Resultado líquido do período	(2)	-	-	-	-	-	16.072,67	-	-	(44.033,46)	-	(16.072,67)	(44.033,46)	-	(44.033,46)
Resultado Integral	(3)											62.411,58	62.411,58	-	62.411,58
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)											46.338,91	18.378,12	-	18.378,12
Operações com detentores de capital no período															
Subscrições de capital/patrimônio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para coberturas de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	(5)														
Posição no fim do período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	342.543,74	-	-	-	-	(906.815,05)	-	-	-	345.382,50	62.411,58	(156.477,23)	-	(156.477,23)

7.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Períodos	
		N	N-1
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		-	-
Recebimentos de contribuintes		-	-
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8.423.851,98	8.996.738,20
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(853.319,81)	(1.357.293,45)
Pagamentos ao pessoal		(3.740.105,11)	(3.480.290,86)
Pagamentos a contribuintes / utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(521.047,00)	(667.828,40)
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa Gerada pelas Operações		3.309.380,06	3.491.325,49
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-	(1.662.630,26)
Outros Recebimentos/Pagamentos		(2.150.178,14)	-
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		1.159.201,92	1.828.695,23
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(59.116,88)	(105.538,75)
Ativos Intangíveis		(41.574,00)	(97.775,02)
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Ativos Intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao Investimento		-	250.063,02
Transferências de Capital		-	-
Juros e Rendimentos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(100.690,88)	46.749,25
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		-	-
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Cobertura de Prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras Operações de financiamento		-	-
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(101.718,00)	-
Juros e Gastos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Outras Operações de Financiamento		-	-
Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)		(101.718,00)	-
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)		956.793,04	1.875.444,48
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		4.052.385,65	2.176.941,11
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		5.009.178,69	4.052.385,65
Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período			
- Equivalentes a Caixa no Início do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Início do Período		-	-
= Saldo de Gerência Anterior		4.052.385,65	2.176.941,11
De Execução Orçamental		4.049.998,22	2.153.103,72
De Operações de Tesouraria		2.387,43	23.837,45
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período			
- Equivalentes a Caixa no Fim do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período		-	-
= Saldo para a Gerência Seguinte		5.009.178,69	4.052.385,65
De Execução Orçamental		5.006.791,26	4.049.998,22
De Operações de Tesouraria		2.387,43	2.387,43

8. Anexo às Demonstrações Financeiras

8.1. Nota 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

8.1.1. Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.)

NIPC: 510 265 006

Endereço: Av. 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa

Código da classificação orgânica: 13.1.02.10.00

Tutela: Superintendência e tutela conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em coordenação com o Ministério da Economia e Transição Digital

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: A ANQEP, I.P. é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica.

- Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro - Estabelece a Orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P. (ANQEP);

- Portaria n.º 168/2019, de 30 de maio - Aprova os Estatutos da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P.;

- Despacho n.º 5964/2019, de 28 de junho - Cria as unidades orgânicas flexíveis indispensáveis ao adequado funcionamento da ANQEP, I. P., bem como estabelece as competências das mesmas.

A ANQEP, I.P., é dirigida por um Conselho Diretivo, constituído por um presidente e, à data da Prestação de Contas, por um vogal. É também órgão da Agência o Fiscal Único e o Conselho Geral.

8.1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico e derrogações de disposições do SNC-AP

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas segundo as normas do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021 não existiram casos excecionais que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras e conseqüentemente implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

As notas explicativas respeitam a numeração sequencial do SNC-AP, sendo que as que não são referidas neste anexo, não são aplicáveis ou relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis às de 2020.

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

À data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de caixa e depósitos bancários desagregavam-se da seguinte forma:

TABELA 1 - DISPONIBILIDADES

Conta PCM	Descrição	(€)		Variação	
		31.12.2021	31.12.2020	Valor	%
11	Caixa		-		
118	Fundo Fixo		-		
12	Depósitos à ordem	5 009 178,69	4 052 385,65		
121	Depósitos à ordem do Tesouro	5 009 178,69	4 052 385,65		
12101	IGCP OE-4676	184 384,67	6 995,42	177 389,25	2536%
12102	IGCP-4677	2 584 006,09	2 103 722,63	480 283,46	23%
12103	IGCP-4678	2 240 787,93	1 941 667,60	299 120,33	15%
	Total de Caixa e Depósitos	5 009 178,69	4 052 385,65	956 793,04	24%

Os montantes referidos na tabela acima encontram-se depositados em três contas 4676 (Transferência OE), 4677 (Transferência Seg. Social) e 4678 (Transferência União Europeia), cumprindo o princípio da unidade de tesouraria (artigo 141º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro).

Neles estão incluídos saldos não disponíveis para uso.

TABELA 2.1 –SALDOS DE GERÊNCIA NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Credores por devolução de transferências	31/12/2021
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social</i>	<i>2 582 881,25</i>
<i>IGCP</i>	<i>183 425,40</i>
Total	2 766 306,65

8.2. Nota 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros

8.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, a sua performance financeira e os fluxos de caixa da Agência, reproduzindo de forma fiel e fidedignamente os efeitos das transações, de outros acontecimentos e condições, no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, previsto no SNC-AP.

- **Informação Comparativa**

As quantias relatadas nas demonstrações financeiras, possibilitam uma análise comparativa com respeito ao período anterior, tendo as políticas contabilísticas sido adotadas de forma consistente ao longo do tempo.

- **Consistência da Apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes ao longo dos períodos.

- **Acréscimo (ou da periodização económica)**

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que se referem, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre a contabilização e os montantes efetivamente pagos ou recebidos são registadas nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

- **Materialidade e Agregação**

A materialidade é determinada por referência à natureza ou dimensão da omissão ou do erro do item. Todas as linhas de itens que não são materialmente relevantes são agregadas a outros itens quer nas demonstrações financeiras, quer nas notas às demonstrações financeiras. A Agência não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Compensação**

Face ao estabelecido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e demonstração dos resultados, não sendo sujeitos a compensações, exceto se for exigido ou permitido por uma Norma de Contabilidade Pública.

- **Continuidade**

-

Com base na informação disponível e expectativas futuras, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não se antevendo alterações de funcionamento da Agência, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente a sua atividade ou o seu nível de operações.

O surto pandémico COVID-19, que se alastrou em Portugal, continuará a ter efeitos sobre o normal funcionamento da Agência, mantendo-se o regime de teletrabalho ou em espelho sempre que necessário.

8.2.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 5 e 3, respetivamente)

Os **ativos fixos tangíveis e intangíveis** adquiridos são contabilizados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidades acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção englobam, para além do custo de compra, quaisquer custos diretamente relacionados às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Estes ativos apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ganhos e perdas resultantes da venda ou abate de **ativos fixos tangíveis** (mais e menos valias) são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registados na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível e intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo, dado através das taxas máximas aplicáveis, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. A partir de 1 de janeiro de 2020, a ANQEP, I.P. passou a utilizar o Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, substituindo o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aplicado até 31.12.2019.

As despesas de conservação e reparação de um ativo fixo tangível são reconhecidas como gastos do período. As perdas de imparidade, caso existam, são reconhecidas em resultados do período, sendo eventuais alterações a estas estimativas reconhecidas prospectivamente na demonstração de resultados.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2019.

b) Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

c) Locações (nota 6)

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, caso exista ou não uma transferência substancial dos riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo para o locatário.

Os pagamentos no âmbito de uma locação operacional são contabilizados como gastos do período na demonstração dos resultados, numa base linear durante o prazo contratual da locação.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem-se os valores depositados no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. e os valores em caixa a 31 de dezembro de 2021, rapidamente mobilizáveis e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Rendimentos de transações sem contraprestação (nota 14)

Numa transação sem contraprestação, uma entidade recebe ou dá valor a outra entidade sem que diretamente dê ou receba valor aproximadamente igual, respetivamente.

A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os subsídios ao investimento para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que têm condições, são registados inicialmente, a título de rendimentos a reconhecer e apenas após cumprimento das condições, designadamente com a despesa paga, no caso dos fundos do Orçamento de Estado e da Segurança Social, são colocados em património líquido. Subsequentemente, são reconhecidos anualmente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

As transferências recebidas no âmbito dos projetos cofinanciados por fundos europeus, quando não são subsídios ao investimento, são registadas como rendimentos a reconhecer (classe 2), sendo posteriormente reconhecidas na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (nota 15)

As provisões são registadas quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultado de um acontecimento passado; seja provável que ocorra uma saída de recursos para a liquidação dessa obrigação; e seja possível estimar, com alguma fiabilidade, o valor dessa obrigação.

As provisões são ajustadas anualmente, na data de cada Balanço, de acordo com as melhores estimativas nessa data, sendo estes ajustamentos reconhecidos como um gasto financeiro.

Os passivos e ativos contingentes apenas são divulgados quando seja provável que exista um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou um influxo de benefícios económicos, respetivamente, sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações ocorram.

A Agência reconheceu no período provisões para suportar os possíveis encargos a suportar com processos judiciais em curso. Não existem ativos ou passivos contingentes.

g) Instrumentos Financeiros (nota 18)

O ativo financeiro pode significar dinheiro, instrumento de capital próprio de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade. São mensurados ao custo ou custo amortizado, sendo apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

O passivo financeiro consiste numa obrigação contratual, na qual se entrega dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade, ou se trocam ativos ou passivos financeiros com outra entidade, sendo objeto de registo no passivo ao custo ou custo amortizado, deduzido dos custos de transação diretamente relacionados com a emissão desses passivos.

h) Benefícios dos empregados (nota 19)

Os benefícios de curto prazo dos empregados, os quais incluem salários, contribuições para a segurança social, subsídios de férias e Natal, gratificações relacionadas com o desempenho e outros prémios, são reconhecidos como gastos no período contabilístico em que o serviço foi prestado, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

Embora o pagamento ocorra apenas no ano seguinte, o direito a férias e o subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro de cada ano, pelo que estes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que o serviço foi prestado.

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

De acordo com o regime de acréscimo, os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que se referem, independentemente do momento em que ocorre o seu pagamento ou recebimento. As diferenças que se venham a verificar, entre os montantes pagos e recebidos e as respetivas despesas e receitas, consoante sejam valores a pagar ou receber, são registadas como Outros Passivos ou Ativos.

As transferências correntes obtidas são reconhecidas como ganhos no exercício em que ocorra o seu recebimento.

As transferências de capital do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica “593 – Transferências e subsídios de capital”, sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às depreciações subsidiadas. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas depreciações, foi reconhecido o seu gasto.

8.2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No preparo das demonstrações financeiras, com exceção dos julgamentos de valor que envolvem estimativas (melhor informação disponível à data de preparação), não foram efetuados pelo órgão de gestão julgamentos de valor no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

8.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em atenção o pressuposto da continuidade da atividade da Agência, não existindo, nesta data, risco significativo que possa provocar ajustamento material às quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Contudo, podem ocorrer alterações de factos e circunstâncias que poderão conduzir a revisões das estimativas, com impacto nos resultados reais futuros.

8.3. Nota 3 – Ativos intangíveis

Com a transição para o SNC-AP, passou a ser aplicado desde 01.01.2020, o Classificador Complementar 2 (CC2), do Plano de Contas Multidimensional, publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo o método de amortização utilizado o das quotas constantes.

Nas Fichas de Cadastro constam entre outras informações, a vida útil ou taxa de amortização, assim como a quantia escriturada líquida.

8.3.1. Ativos Intangíveis

a) Variações das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2021, o movimento dos ativos intangíveis em termos de variações de amortizações e perdas por imparidades detalham-se da seguinte forma:

TABELA 3 - AI - VARIAÇÕES DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Ativos intangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	147.891,00	147.891,00	0,00	0,00	147.891,00	147.891,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	570.351,59	473.712,00	0,00	96.639,59	611.925,59	503.165,42	0,00	108.760,17
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	718.242,59	621.603,00	0,00	96.639,59	759.816,59	651.056,42	0,00	108.760,17

Na transição para o SNC-AP, houve a reclassificação de bens, que devido à sua natureza, transitaram da rubrica de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis (software e licenças). A quantia bruta escriturada a 31 de dezembro de 2021, de programas de computador e sistemas de informação, perfazia o montante de 108 760,17€.

b) Variações quantia escriturada

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes variações, quer por adição quer por diminuição:

TABELA 4 - AI - VARIAÇÕES QUANTIA ESCRITURADA

(€)

Ativos intangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual Outros Ativos intangíveis em curso	96.639,57	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.453,42	0,00	0,00	108.760,15
Total	96.639,57	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.453,42	0,00	0,00	108.760,15

c) Adições

A tabela 8 reflete as adições efetuadas no corrente exercício:

TABELA 5 - ADIÇÕES ATIVOS INTANGÍVEIS

(€)

Ativos intangíveis	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural Goodwill Projetos de desenvolvimento Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual Outros Ativos intangíveis em curso	0,00	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.574,00
Total	0,00	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.574,00

d) Diminuições

Durante o exercício de 2021 não foram registadas diminuições.

3.3.5. Outras divulgações

Na presente data, o inventário contabiliza o total de 103 bens, classificados como AI, sendo que alguns itens se encontram sem valor, por estarem totalmente amortizados, mas que, apesar disso ainda se mantêm em uso.

CC2	N.º Itens	N.º Itens sem valor	N.º Itens com valor
43	96	95	1
43719	1		1
443	6		6
Total	103	95	8

8.5. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados pelo seu custo de aquisição, líquido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Com a transição para o SNC-AP, passou a ser aplicado desde 01.01.2020, o Classificador Complementar 2 (CC2), do Plano de Contas Multidimensional

publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo o método de amortização utilizado o das quotas constantes.

8.5.1. Ativos fixos tangíveis

a) Variações das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2021, o movimento dos ativos intangíveis em termos de variações de amortizações e perdas por imparidades detalha-se da seguinte forma:

TABELA 6 - AFT - VARIAÇÕES DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Ativos fixos tangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Equipamento básico								
Equipamento de transporte	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.510.853,31	1.223.967,41	0,00	286.885,90	1.569.062,45	1.338.207,20	0,00	230.855,25
Equipamentos biológicos								
Outros	55.375,83	49.485,34	0,00	5.890,49	56.283,57	50.516,47	0,00	5.767,10
Ativos fixos tangíveis em curso								
Total	1.566.229,13	1.273.452,75	0,00	292.776,39	1.625.346,01	1.388.723,67	0,00	236.622,35

b) Variações quantia escriturada

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes variações:

TABELA 7 - AFT - VARIAÇÕES QUANTIA ESCRITURADA

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Equipamento básico										
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	286.885,90	58.209,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.239,79	0,00	0,00	230.855,25
Equipamentos biológicos										
Outros	5.890,49	907,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.031,13	0,00	0,00	5.767,10
Ativos fixos tangíveis em curso										
Total	292.776,39	59.116,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-115.270,92	0,00	0,00	236.622,35

c) Adições

Durante o exercício, ocorreram as seguintes adições (sem dedução de depreciações e imparidades), num valor de 59 116,88€ (58 209,14€ em equipamento administrativo e 907,74€ em outros):

TABELA 8 - ADIÇÕES ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

(€)

Ativos fixos tangíveis	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Equipamento básico											
Equipamento de transporte											
Equipamento administrativo	0,00	58.209,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.209,14
Equipamentos biológicos											
Outros	0,00	907,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	907,74
Ativos fixos tangíveis em curso											
Total	0,00	59.116,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.116,88

d) Diminuições

Durante o exercício de 2021 não foram registadas diminuições.

8.5.6. Outras divulgações

Na presente data, o inventário contabiliza o total de 3936 bens, classificados como AFT, existindo alguns itens sem valor, por estarem totalmente depreciados, mas que, apesar disso ainda se mantêm em uso.

CC2	N.º Itens	N.º Itens sem valor	N.º Itens com valor
43	2839	2639	200
4331	223	0	223
43321	2	0	2
43374	140	0	140
4339	4	0	4
43511	554	0	554
43512	1	0	1
43521	10	0	10
4353	15	0	15
43724	65	0	65
443	83	83	0
Total	3936	2722	1214

8.6. Nota 6 – Locações

A agência não possui locações financeiras.

Em 2021, a ANQEP, I.P. detinha, como locatário, os seguintes bens em termos de locação operacional (tabela 12):

- Purificadores de água – contrato com duração de 36 meses, que terminou em 2021;
- Equipamentos de cópia e impressão – contrato referente ao período 2019-2022;
- Viaturas de serviço - contrato em regime de locação operacional, modalidade *rent-a-car*.

TABELA 9 – LOCAÇÕES OPERACIONAIS DA ANQEP, I.P.

(€)

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viaturas de serviço	15.837,54	15.837,54	0,00	15.837,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de cópia e impressão	45.510,00	11.654,95	0,00	17.527,50	1.112,66	18.966,94	7.902,90	0,00	26.869,84	26.869,84
Purificadores de água	3.797,26	1.180,80	0,00	2.361,60	213,53	1.222,13	0,00	0,00	1.222,13	1.222,13
Total	65.144,80	28.673,29	0,00	35.726,64	1.326,19	20.189,07	7.902,90	0,00	28.091,97	28.091,97

Nos contratos de locação operacional dos purificadores de água e equipamentos de cópias e impressão, as rendas contingentes incluem as despesas com aquisição de copos e cópias excedentes, respetivamente.

8.14. Nota 14 – Rendimento de Transações Sem Contraprestação

A tabela 13 apresenta os rendimentos de transações sem contraprestação registados no exercício de 2021, constando como rendimento do período reconhecido apenas os montantes que foram efetivamente aplicados em despesa.

TABELA 10 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

(€)

Rubricas	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condição					
Transferências do OE	2 965 730,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências outras	1 647 920,99	100 690,88	0,00	0,00	1 907 867,79
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros					
Total	4 613 651,12	100 690,88	0,00	0,00	1 907 867,79

As transferências correntes reconhecidas como resultados, englobam as transferências do Orçamento de Estado (2 965 730,13€), da Segurança Social (1 748 611,87€).

As transferências de capital (Segurança Social – 100 690,88€) são reconhecidas como Património Líquido, na conta 5931 - Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis.

O montante de 2 240 484,61€, registado como adiantamentos recebidos, respeita às verbas recebidas e não executadas em 2021, no âmbito dos projetos cofinanciados por Fundos Europeus.

Os montantes recebidos do Orçamento de Estado e da Segurança Social, não gastos, não são reconhecidos como rendimento do período, mas sim como saldos a devolver em 2022, numa conta 206 «Credores por devoluções de transferências e subsídios».

8.15. Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes

As provisões devem ser reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i) exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii) seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefício económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii) possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2021, existiu o acréscimo de 30.000,01 € no montante das provisões e uma reversão no valor de 79 900,00€ constituídas, como consta na tabela seguinte:

TABELA 11 – PROVISÕES DA ANQEP, I.P.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	103 780,90	30 000,01	0,00	0,00	30 000,01	0,00	79 900,00	0,00	79 900,00	53 880,91
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	103 780,90	30 000,01	0,00	0,00	30 000,01	0,00	79 900,00	0,00	79 900,00	53 880,91

A quantia escriturada final (53 880,91 €) respeita aos processos judiciais em curso, constituída com base na informação disponibilizada pelos advogados da ANQEP, I.P, a saber:

- a) Processo n.º 2969/12.3BEPRT: Fundação de Juventude – constituída no exercício de 2014, no montante de 23 880,90€, tendo sido proferida a sentença a 26.04.2017. O Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 13.11.2020, decidiu revogar o despacho saneador recorrido e determinar a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. O Tribunal convidou a autora a aperfeiçoar a petição inicial, baixando assim o processo nos autos, regressando a uma fase inicial. Aguarda-se despacho saneador para anular a provisão;
- b) Processo n.º 514/19.9BELSB: Spormex – constituída no exercício de 2019, no valor de 79 900,00€. Aguarda que a sentença seja proferida. O processo não está a seguir uma tramitação urgente e o tribunal acabou de se declarar incompetente, tendo enviado os autos para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Este processo foi revertido de acordo com o parecer da advogada por não ser previsíveis os custos.
- c) Processo 3151/12.5 BELSB: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – constituída no exercício de 2021, no valor de 30 000,01€ respeitante a uma alegada condenação ao reconhecimento ao direito ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal vencidos após a publicação do duto acórdão do Tribunal Constitucional nº 353/212

A ANQEP, I.P. não tem ativos contingentes.

Relativamente aos passivos contingentes, deve existir o seu reconhecimento nos seguintes casos:

- a) uma obrigação possível, proveniente de acontecimentos passados, e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos estando assim, não totalmente sob o controlo da entidade.
- b) uma obrigação presente, que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- i. não é provável que um exfluxo de recursos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
- ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Como a concretização dos contratos de arrendamento e das despesas de água e luz está dependente de autorização do Ministério das Finanças devem ser considerados os seguintes valores a título de passivos contingentes:

Passivo Contingente	31/12/2021
Rendas e alugueres	333 252,10
Eletricidade	27 278,85
Água	2 934,55
Total	363 465,50

8.17. Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

Os acontecimentos após a data de relato são eventos com impacto significativo que ocorrem entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão, quer sejam favoráveis, quer sejam desfavoráveis.

8.17.1 Emissão das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, em 11.04.2022, pelo Conselho Diretivo.

8.17.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data de relato

Após 31 de dezembro de 2021, e até à data de elaboração do presente anexo, não são conhecidos nenhuns eventos com impacto nas demonstrações financeiras, nem se registaram factos relevantes que implicassem ajustamentos nas contas.

8.17.3 Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

O surto pandémico derivado da COVID-19, teve impactos no desenvolvimento da atividade normal da Agência tal como referido na nota 2, designadamente ao nível da organização do trabalho e à não realização física de eventos onde era presença habitual.

Por força da evolução da pandemia em 2021, a ANQEP, I.P. promoveu o regime de teletrabalho, tendo reduzido o trabalho presencial prestado no local de trabalho, ao estritamente necessário.

A ANQEP, I.P. irá continuar a acompanhar a evolução da situação relacionada com a COVID-19, e sempre que necessário, o trabalho será prestado em regime de teletrabalho.

Importa referir que a guerra da Ucrânia não terá impactos diretos na ANQEP, mas deverá ter impactos indiretos, na medida que esta irá influenciar custos com a aquisição de bens e serviços necessários para o normal funcionamento.

A implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, terá um grande impacto na ANQEP, nomeadamente, no aumento do volume de trabalho (originando necessidades de contratação de

peçoal), no incremento de processos de contratação pública e no sistema de controlo interno e de gestão das verbas atribuídas.

8.18. Nota 18 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados na categoria de Devedores por transferências e subsídios, Clientes contribuinte e utentes, Outras contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa, entre outras.

TABELA 12 – ATIVOS FINANCEIROS

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo										
Outros ativos financeiros										
Investimentos noutras entidades										
Devedores por transferências e subsídios	402,01	0,00	0,00	0,00	1 758 184,00	0,00	0,00	0,00	1 758 184,00	402,01
Clientes contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	1 523 558,39	0,00	0,00	0,00	1 523 558,39	0,00
Estado	42,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,79	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa	4 052 385,65			0,00	9 131 449,04	0,00	0,00	0,00	8 174 656,00	5 009 178,69
Total	4 052 830,45	0,00	0,00	0,00	12 413 191,43	0,00	0,00	0,00	11 456 441,18	5 009 580,70

b) Passivos financeiros

TABELA 13 – PASSIVOS FINANCEIROS

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros passivos financeiros								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 108 984,12	0,00	0,00	3 098 923,47	0,00	0,00	2 108 984,12	3 098 923,47
Fornecedores	48,44	2 685 540,39	0,00	0,00	2 668 636,28	0,00	0,00	16 952,55
Adiantamentos clientes, utentes								0,00
Estado	33 645,60	0,00	0,00	2 009 122,93	0,00	0,00	2 013 057,09	29 711,44
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	509 690,87	0,00	0,00	2 914 220,78	0,00	0,00	2 932 633,88	491 277,77
Outros passivos financeiros								
Total	2 652 369,03	2 685 540,39	0,00	8 022 267,18	2 668 636,28	0,00	7 054 675,09	3 636 865,23

O montante registado na rubrica Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis (2 766 306,65€), respeita aos saldos de gerência a devolver aos cofres do Estado (183 425,40 €) e da Segurança Social (2 582 88,25€) e saldos finais de Fundos Europeus (332 616,82 €).

A rubrica de Fornecedores apresentou uma variação de 16.903,70 €.

O valor contabilizado em 2021 na rubrica Estado (29 711,44€), respeita às retenções efetuadas no âmbito do processamento de vencimentos do mês de dezembro, as quais apenas serão entregues em 2022.

Para o montante de 491 277,77 €, registado na rubrica, Outras contas a pagar, contribuem os seguintes acréscimos de gastos:

- a) remunerações a liquidar por conta de férias e subsídio de férias, calculado com base no vencimento de dezembro 2021, no valor de 482 075,82 €;
- b) serviços prestados em dezembro de 2021, cujas faturas apenas foram rececionadas em 2022, no valor de 8.333,33€;
- c) saldos iniciais de 2020 que transitaram para 2021, no valor de 868,62 € - Já atualizado

8.19. Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pela ANQEP, I.P., em troca dos serviços prestados pelos empregados.

Nos benefícios a curto prazo está incluído o salário, as contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo remuneradas, benefícios não monetários, entre outros. São reconhecidos quando o serviço é prestado, como gasto e passivo, pela quantia não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios dos empregados constam na tabela seguinte:

TABELA 14 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com Pessoal reconhecido na demonstração de resultados	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	172 941,90	196 141,54	-23 199,64	-12%
Remunerações do Pessoal	2 815 869,70	2 612 757,89	203 111,81	8%
Indemnizações	9 485,11	4 893,29	4 591,82	94%
Encargos sobre remunerações	696 113,81	657 164,89	38 948,92	6%
Outros gastos com o pessoal	15 561,86	9 518,09	6 043,77	63%
Outros encargos sociais	18 570,08	44 019,79	-25 449,71	-58%
Total	3 728 542,46	3 524 495,49	204 046,97	5,79%

A rubrica de Gastos com Pessoal apresentou um crescimento de cerca de 5,79%, originado pelo aumento do número de trabalhadores, bem como pelas valorizações remuneratórias e progressões na carreira Docente.

8.20. Nota 20 – Divulgações de Partes Relacionadas

820.6 – Pessoas chave da gestão

Em 31 de dezembro de 2021, as pessoas chave da gestão da Agência eram constituídas por:

TABELA 15 - PESSOAS CHAVE DA GESTÃO

(€)

Cargo	Número de Pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações
Presidente do CD	1	52 433,64 €	10 552,28 €
Vogal do CD	2	78 599,54 €	12 958,29 €
Fiscal Único	-	11 608,79 €	0,00 €

Uma das vogais do Conselho Diretivo cessou funções a 01/08/2021, sendo que a partir dessa data, este órgão passou a ser constituído apenas por uma Presidente e uma Vogal.

Outras partes interessadas

A ANQEP, I.P. é membro associada do IPPS – IUL Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, associação sem fins lucrativos, subsistindo, contudo, uma questão por dirimir respeitante ao pagamento da subscrição inicial.

8.23. Nota 23 - Outras Divulgações

8.23.1 – Ativo corrente

a) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios era constituída por:

TABELA 16 - DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

(€)

Devedores por transferências e subsídios	31/12/2021
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	402,01
Total	402,01

b) Diferimentos

No exercício de 2021, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte composição:

TABELA 17 – DIFERIMENTOS ATIVOS

Diferimentos - Ativos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Economato	26 247,07	15 545,66	10 701,41	69%
Subvenção Ar.Co		16 666,67	-16 666,67	-100%
Outros gastos diferidos Licenças de Software	60 926,43	47 849,94	13 076,49	27%
Total	87 173,50	80 062,27	7 111,23	9%

O valor registado nesta rubrica respeita às aquisições de material de economato, que serão contabilizadas como gastos do exercício à medida que forem consumidas, e à renovação de licenciamentos de software (Microsoft e outras soluções informáticas) fundamentais para reforçar a capacidade e a manutenção da prestação de trabalho em regime de teletrabalho, com vista a assegurar as questões de saúde dos trabalhadores em função da pandemia Covid, bem como, salvaguardar as questões de segurança informática do organismo.

O acréscimo de valor de economato deriva da aquisição de material informático e produtos de limpeza no final do exercício e cujo consumo só irá ocorrer em 2022.

O incremento em termos de licenças resulta fundamentalmente da licença da Microsoft cujo contrato só foi concluído em Setembro existindo um diferimento de 10 meses referente a 2022.

8.23.2 – Passivo corrente

a) Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Para o montante de 3 098 923,47 €, registado na rubrica Credores por transferências e subsídios, contribuem a devolução de saldos de gerência de receitas de impostos e receitas próprias, a devolver em 2022 ao Estado (183 425,40 €) e à Segurança Social (2 582 881,25 €), bem como, saldos provenientes de projetos que serão concluídos em 2022 e cujo montante deverá ser devolvido.

TABELA 18 - CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Credores por devolução de transferências	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social</i>	2 582 881,25	2 102 932,13	479 949,12	23%
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social - PROJETOS</i>	108 554,27	0,00	108 554,27	
IGCP	183 425,40	6 051,99	177 373,41	2931%
ORSIFOR	649,45	0,00	649,45	
EACE	120 293,01	0,00	120 293,01	
ADC	103 120,09	0,00	103 120,09	
Total	3 098 923,47	2 108 984,12	989 939,35	47%

b) Estado e Outros Entes Públicos

O montante registado como dívidas a pagar ao Estado, no montante de 29 711,44 € diz respeito às retenções efetuadas no processamento de vencimentos de dezembro, entregues em janeiro de 2022.

TABELA 19 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Retenção de impostos sobre rendimentos	-42,79	0,00	-42,79	
<i>De trabalho independente</i>	-42,79	0,00	-42,79	
Contribuições p/ sistemas de prot. social e subsistemas de saúde	29 754,23	33 645,60	-3 891,37	-12%
Sistemas de proteção social	27 844,77	31 736,14	-3 891,37	-12%
<i>Parte do trabalhador</i>	7 808,67	9 101,90	-1 293,23	-14%
<i>Parte patronal</i>	20 036,10	22 634,24	-2 598,14	-11%
Subsistemas de saúde	1 909,46	1 909,46	0,00	0%
<i>Parte do trabalhador</i>	1 909,46	1 909,46	0,00	0%
Total	31 620,90	35 555,06	-3 934,16	-11%

c) Outras contas a pagar

As contas a pagar aludem à periodização económica, designadamente os subsídios de férias e férias 2022, no montante de 482 075,82€, a devolução de saldos ao IGFSS e IGCP, assim como a especialização de gastos do exercício.

TABELA 20 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Credores por acréscimos de gastos	490 409,15	508 822,25	-18 413,10	-4%
<i>Remunerações a liquidar</i>	482 075,82	493 740,70	-11 664,88	-2%
<i>Outros acréscimos e gastos</i>	8 333,33	15 081,55	-6 748,22	-45%
Outros	868,62	868,62	0,00	0%
ADSE - Instituto Proteção e Assistência na Doença, I.P.	868,62	868,62	0,00	0%
Total	491 277,77	509 690,87	-18 413,10	-4%

d) Diferimentos

Por sua vez, a rubrica de Diferimentos – passivos concerne aos montantes recebidos no âmbito dos projetos cofinanciados, que ainda não foram aplicados em despesa:

TABELA 21 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

Diferimentos - Passivos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Rendimentos a reconhecer - projetos	1 907 867,79	1 941 541,73	-33 673,94	-2%
Rendimentos a reconhecer - outros				
Total	1 907 867,79	1 941 541,73	-33 673,94	-2%

8.23.3 – Rendimentos

a) Transferências e subsídios correntes obtidos

As transferências obtidas com as verbas transferidas em 2021, pelas entidades referidas na tabela seguinte, apenas são reconhecidas como rendimentos do período, quando utilizadas pela ANQEP, I.P. em despesa corrente:

TABELA 22 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

Transferências e subsídios correntes obtidos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Orçamento de Estado	2 965 730,13	3 000 674,65	-34 944,52	-1%
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	1 748 611,87	2 045 788,12	-297 176,25	-15%
Financiamentos da UE	543 103,95	576 571,79	-33 467,84	-6%
Total	5 257 445,95	5 623 034,56	-365 588,61	-7%

b) Outros rendimentos e ganhos

Engloba o valor das reposições não abatidas ao pagamento reconhecidas como proveito.

TABELA 23 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Correções relativas a períodos anteriores - outros	5 433,32	52 221,16	-46 787,84	-90%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	144 724,34	105 939,38	38 784,96	37%
Total	150 157,66	158 160,54	-8 002,88	-5%

8.23.4 – Gastos

a) Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos pela ANQEP, I.P. são as que constam na tabela 27. Engloba os gastos com a atribuição de subvenções à AMEC, ArCo e OCDE, bem como a devolução de saldos de projetos já concluídos.

TABELA 24 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Transferências e subsídios concedidos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	0,00	23 894,40 €	-23 894,40	-100%
AMEC - Associação Musica, Educação e Cultura - O Sentido dos Sons	490 050,00	490 050,00	0,00	0%
ArCo - Centro de Arte e Comunicação Visual	23 758,86	16 666,67	7 092,19	43%
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.	0,00	54 527,00	-54 527,00	-100%
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	107 715,00	99 357,00	8 358,00	8%
Total	621 523,86	684 495,07	-62 971,21	-9%

Em 2021, a AMEC cumpriu, de forma global, as obrigações constantes da Cláusula Terceira do Acordo de Fundadores em vigor, nomeadamente no que respeita à previsão da realização de

concertos e de ações de promoção cultural, assim como à indicação do nome do Ministério da Educação enquanto Fundador em documentos e atividades desenvolvidas. No entanto, a pandemia condicionou as atividades previstas pela AMEC, enquanto entidade promotora de atividades artísticas e culturais.

A AR.CO desenvolveu as atividades previstas no protocolo que enquadra a comparticipação financeira atribuída pela ANQEP, I.P., designadamente:

- a) Divulgar anualmente a oferta educativa e formativa que se propõe ministrar, nomeadamente junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da área da sua influência de modo a permitir que os alunos, preferencialmente os mais carenciados, e professores possam frequentar os cursos, workshops, conferências e visitas de estudo a realizar pelo Ar.Co;
- b) Assegurar, na medidas das capacidades do Ar.Co e mediante apreciação caso a caso das propostas emergentes, que professores ou alunos, dando-se preferência, dentro destes últimos, aos beneficiários dos Serviços de Ação Social Escolar, habilitados com o 9.º ano de escolaridade e provenientes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, possam frequentar gratuitamente cursos oferecidos pelo Ar.Co e/ou recorrer a apoio formativo, equipamentos e serviços do Ar.Co no âmbito dos programas escolas que frequentam já nas suas escolas.

A comparticipação à OCDE enquadra-se no âmbito da participação da ANQEP no Programa Internacional para a avaliação das competências dos adultos (Programme for the International Assessment of Adult Competencies – PIAAC)

b) Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos do período totalizam 805 784,86€.

TABELA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos	(€)		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor	%
Projetos e serviços de informática	26 574,89	0,00	26 574,89	
Outros Trabalhos especializados	438 213,50	389 867,82	48 345,68	12%
Publicidade, comunicação e imagem	1 797,11	173 701,82	-171 904,71	-99%
Vigilância e segurança	38 705,25	42 011,88	-3 306,63	-8%
Conservação e reparação	15 937,41	9 057,35	6 880,06	76%
Material de escritório	7 444,85	3 033,79	4 411,06	145%
Outros materiais	1 280,31	814,12	466,19	57%
Eletricidade	454,86	30 511,19	-30 056,33	-99%
Combustíveis e lubrificantes	3 768,75	4 442,44	-673,69	-15%
Água	0,00	42 151,39	-42 151,39	-100%
Deslocações e estadas	2 518,03	13 819,11	-11 301,08	-82%
Transportes de pessoal	13,90	10,35	3,55	34%
Transportes de mercadorias e outros bens ven	4 305,00	123,00	4 182,00	3400%
Rendas e alugueres	62 820,21	386 380,24	-323 560,03	-84%
Comunicação	14 693,71	19 780,65	-5 086,94	-26%
Limpeza, higiene e conforto	67 283,86	65 658,84	1 625,02	2%
Outros serviços	119 973,22	163 323,14	-43 349,92	-27%
Total	805 784,86	1 344 687,13	-538 902,27	-40%

c) Outros gastos

A tabela 29 mostra o detalhe dos valores incluídos na rubrica de Outros gastos, destacando-se a devolução de verbas não executadas (94 516,50€), as reposições não abatidas ao pagamento e guia de restituição (5 495,33€) e a regularização do licenciamento do software da Microsoft, em modelo de subscrição, aquisição de cartões de estacionamento (82,23€) e devolução de verba de projeto não executada EACEA (41 089,00€).

TABELA 26 – OUTROS GASTOS

Outros Gastos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Outros gastos	89 021,17	117 621,85	-28 600,68	-24%
Correções relativas a períodos anteriores - outras correções - outras	5 495,33	41 544,65	-36 049,32	-87%
Total	94 516,50	159 166,50	-64 650,00	-41%

8.23.5 – Património líquido

A alteração no Património líquido respeita ao valor dos subsídios que, em resultado da adoção do SNC-AP, passam a ser registados em Outras variações no património líquido, e à variação observada nos Resultados transitados:

TABELA 27 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património Líquido	31/12/2020	Aumentos	Diminuições	Aplicação do R.L.E.	31/12/2021
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)+(3)+(4)
Património / Capital	342 543,74	0,00	0,00	0,00	342 543,74
Reservas					
Resultados transitados	-922 887,72			16 072,67	-906 815,05
Ajustamentos em ativos financeiros					
Excedentes de revalorização					
Outras variações no património líquido	389 415,96	100 690,88	-144 724,34		345 382,50
Resultado líquido do período	16 072,67	62 411,58	0	-16 072,67	62 411,58
Total de Património Líquido	-174 855,35	163 102,46	-144 724,34	0,00	-156 477,23

Relativamente à conta de Resultados transitados, foi reconhecido contabilisticamente nesta conta, a transferência do resultado líquido do exercício de 2020, no montante de 16 072,67€.

Verificou-se uma variação no património líquido, no montante de 100 690,98€ que corresponde ao cumprimento das condições de subsídios originados de transferências de fundos da Segurança Social.

8.23.6 – Resultado líquido

Traduz a performance económico-financeira resultante de um processo multifaseado de identificação de todos os gastos e rendimentos imputáveis à ANQEP no período de 2021.

A ANQEP, I.P. fechou o ano com um Resultado líquido positivo no valor de 62 411,58€, resultante da combinação entre a redução residual dos rendimentos provenientes das transferências correntes obtidas (6,5%), das Transferências e subsídios concedidos (10,5%), de outros

rendimentos (5,1%), de outros gastos (15,8%) bem como, com a reversão da previsão de gastos com provisões.

Conjugado com o aumento de despesas de gastos com pessoal do exercício (6.3%) e os gastos/reversões de depreciação e amortização (36,6%).

9. Demonstrações Orçamentais

9.1. Demonstração do Desempenho Orçamental

Receita

Rubrica	Reccebimentos	Fontes de Financiamento (n)					Total	n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios		
RA01	Saldo de gerência anterior	2.102.932,13	6.051,99	1.941.014,10	-	2.387,43	4.052.385,65	2.176.941,17
RI01	Operações orçamentais [1]	-	-	1.941.014,10	-	-	1.941.014,10	629.545,33
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	2.102.932,13	6.051,99	-	-	-	2.108.984,12	1.523.558,39
RI04	Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras	-	-	-	-	-	-	-
RI03	Operações de tesouraria [A]	-	-	-	-	2.387,43	2.387,43	23.837,45
RA02	Receita corrente	3.988.942,00	3.149.093,52	842.574,46	-	-	7.980.609,98	8.996.738,20
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R.2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-
R5	Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1	Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	3.149.093,52	43.730,61	-	-	3.192.824,13	3.224.356,88
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.3	Segurança Social	3.988.942,00	-	-	-	-	3.988.942,00	4.101.971,00
R5.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2	Exterior - UE	-	-	798.843,85	-	-	798.843,85	1.670.410,32
R5.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R5.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-
R7	Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-
RA03	Receita de capital	443.242,00	-	-	-	-	443.242,00	250.063,02
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Segurança Social	443.242,00	-	-	-	-	443.242,00	243.308,00
R9.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2	Exterior - UE	-	-	-	-	-	-	6.755,02
R9.1.3	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
RA04	Receita efetiva [2]	4.432.184,00	3.149.093,52	842.574,46	-	-	8.423.851,98	9.246.801,22
RA05	Receita não efetiva [3]	-	-	-	-	-	-	-
R12	Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	4.432.184,00	3.149.093,52	2.783.588,56	-	-	10.364.866,08	9.876.346,55
ROT1	Operações de tesouraria [B]	-	-	-	-	-	-	60.095,89

Despesa

Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (n)						n-1
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	União Europeia	Empréstimos	Fundos Alheios	Total	
DA01	Despesa corrente	1.748.611,87	2.965.668,12	543.103,95	-	-	5.257.383,94	5.623.034,56
D1	Despesas com pessoal							
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	749.947,07	1.941.622,63	289.148,19	-	-	2.980.717,89	2.730.532,58
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	2.178,38	26.839,00	385,25	-	-	29.402,63	21.778,94
D1.3	Segurança Social	213.178,03	474.053,31	31.184,99	-	-	718.416,33	716.846,88
D2	Aquisição de bens e serviços	763.160,37	603,18	101.124,52	-	-	864.888,07	1.368.425,91
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências e subsídios correntes							
D4.1	Transferências correntes							
D4.1.1	Administrações Públicas							
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	23.894,40
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	54.527,00
D4.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	515.050,00	-	-	-	515.050,00	490.050,00
D4.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D4.1.4	Outras	20.043,00	7.500,00	80.172,00	-	-	107.715,00	99.357,00
D4.2	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-
D5	Outras despesas correntes	105,02	-	41.089,00	-	-	41.194,02	117.621,88
DA02	Despesa de capital	100.690,88	-	-	-	-	100.690,88	203.313,77
D6	Aquisição de bens de capital	100.690,88	-	-	-	-	100.690,88	203.313,77
D7	Transferências e subsídios de capital							
D7.1	Transferências de capital							
D7.1.1	Administrações Públicas							
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.3	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D7.1.4	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
DA03	Despesa efetiva [5]	1.849.302,75	2.965.668,12	543.103,95	-	-	5.358.074,82	5.826.348,33
DA04	Despesa não efetiva [6]	-	-	-	-	-	-	-
D9	Despesa com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D10	Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	1.849.302,75	2.965.668,12	543.103,95	-	-	5.358.074,82	5.826.348,33
DOT1	Operações de tesouraria [C]	-	-	-	-	-	-	81.545,91
DA06	Saldo para a gerência seguinte	2.582.881,25	183.425,40	2.240.484,61	-	2.387,43	5.009.178,69	4.052.385,65
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	2.582.881,25	183.425,40	2.240.484,61	-	-	5.006.791,26	4.049.998,22
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	-	-	-	-	2.387,43	2.387,43	2.387,43
DA09	Saldo global [2] - [5]	2.582.881,25	183.425,40	299.470,51	-	-	3.065.777,16	3.420.452,89
DA10	Despesa primária	1.849.302,75	2.965.668,12	543.103,95	-	-	5.358.074,82	5.826.348,33
DA11	Saldo corrente	2.240.330,13	183.425,40	299.470,51	-	-	2.723.226,04	3.373.703,64
DA12	Saldo de capital	342.551,12	-	-	-	-	342.551,12	46.749,25
DA13	Saldo primário	2.582.881,25	183.425,40	299.470,51	-	-	3.065.777,16	3.420.452,89
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	4.432.184,00	3.149.093,52	2.783.588,56	-	-	10.364.866,08	9.876.346,55
DA15	Despesa total [5] + [6]	1.849.302,75	2.965.668,12	543.103,95	-	-	5.358.074,82	5.826.348,33

9.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Classificações orçamentais detalhadas	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de períodos	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final período	Liquidações de períodos futuros					
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		(n + 1)	(n + 2)	(n + 3)	(n + 4)	Períodos seguintes	
Receita Corrente	12.067.315,00	4.086.705,02	-	7.980.671,99	62,01	7.980.671,99	62,01	62,01	-	7.980.609,98	7.980.609,98	-	-	-	-	-	-	-
R1 - Receita Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1 - Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2 - Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4 - Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5 - Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1 - Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	3.386.131,00	193.306,87	-	3.192.886,14	62,01	3.192.886,14	62,01	62,01	-	3.192.824,13	3.192.824,13	-	-	-	-	-	-	-
014.015.311.0603010199.258	3.342.400,00	193.306,48	-	3.149.155,53	62,01	3.149.155,53	62,01	62,01	-	3.149.093,52	3.149.093,52	-	-	-	-	-	-	-
014.015.443.0603060178.209	43.731,00	0,39	-	43.730,61	-	43.730,61	-	-	-	43.730,61	43.730,61	-	-	-	-	-	-	-
014.015.443.0603069999.209	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.3 - Segurança Social	4.547.649,00	558.707,00	-	3.988.942,00	-	3.988.942,00	-	-	-	3.988.942,00	3.988.942,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.369.0606020178.209	445.061,00	445.061,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.0606040178.209	1.220.877,00	-	-	1.220.877,00	-	1.220.877,00	-	-	-	1.220.877,00	1.220.877,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.0606040178.255	215.253,00	-	-	215.253,00	-	215.253,00	-	-	-	215.253,00	215.253,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.443.0606040178.258	2.552.812,00	0,00	-	2.552.812,00	-	2.552.812,00	-	-	-	2.552.812,00	2.552.812,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.0606040178.957	113.646,00	113.646,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.2 - Exterior - U E	4.133.535,00	3.334.691,15	-	798.843,85	-	798.843,85	-	-	-	798.843,85	798.843,85	-	-	-	-	-	-	-
014.015.414.0609010178.209	19.239,00	14.025,92	-	5.213,08	-	5.213,08	-	-	-	5.213,08	5.213,08	-	-	-	-	-	-	-
014.015.417.0609010178.209	2.583.482,00	2.583.482,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.443.0609010378.209	1.438.034,00	682.472,90	-	755.561,10	-	755.561,10	-	-	-	755.561,10	755.561,10	-	-	-	-	-	-	-
014.015.446.0609010378.209	1.845,00	1.845,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.482.0609010578.209	90.935,00	52.865,33	-	38.069,67	-	38.069,67	-	-	-	38.069,67	38.069,67	-	-	-	-	-	-	-
R5.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R5.2 - Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6 - Venda de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R7 - Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Capital	448.677,00	5.435,00	-	448.675,32	5.433,32	448.675,32	5.433,32	5.433,32	-	443.242,00	443.242,00	-	-	-	-	-	-	-
R8 - Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9 - Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1 - Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1 - Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3 - Segurança Social	443.242,00	(0,00)	-	443.242,00	-	443.242,00	-	-	-	443.242,00	443.242,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.1006050178.255	392.742,00	-	-	392.742,00	-	392.742,00	-	-	-	392.742,00	392.742,00	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.1006050178.258	50.500,00	(0,00)	-	50.500,00	-	50.500,00	-	-	-	50.500,00	50.500,00	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4 - Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5 - Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.2 - Exterior - U E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.3 - Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2 - Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10 - Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	5.435,00	5.435,00	-	5.433,32	5.433,32	5.433,32	5.433,32	5.433,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.311.1501019913.258	974,00	974,00	-	973,22	973,22	973,22	973,22	973,22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.541.1501010113.258	4.461,00	4.461,00	-	4.460,10	4.460,10	4.460,10	4.460,10	4.460,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R12 - Receita com ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R13 - Receita com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo de gerência anterior	4.050.000,00	2.108.985,90	-	4.049.998,22	2.108.984,12	4.049.998,22	2.108.984,12	2.108.984,12	-	1.941.014,10	1.941.014,10	-	-	-	-	-	-	-
R101 - Operações Orçamentais [1]	4.050.000,00	2.108.985,90	-	4.049.998,22	2.108.984,12	4.049.998,22	2.108.984,12	2.108.984,12	-	1.941.014,10	1.941.014,10	-	-	-	-	-	-	-
014.015.313.1601010199.258	6.052,00	6.052,00	-	6.051,99	6.051,99	6.051,99	6.051,99	6.051,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
014.015.488.1601030178.209	1.941.015,00	0,90	-	1.941.014,10	-	1.941.014,10	-	-	-	1.941.014,10	1.941.014,10	-	-	-	-	-	-	-
014.015.522.1601030178.258	2.102.933,00	2.102.933,00	-	2.102.932,13	2.102.932,13	2.102.932,13	2.102.932,13	2.102.932,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R102 - Devolução do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R103 - Operações de tesouraria [A]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R104 - Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	16.565.992,00	6.201.125,92	-	12.479.345,53	2.114.479,45	12.479.345,53	2.114.479,45	2.114.479,45	-	10.364.866,08	10.364.866,08	-	-	-	-	-	-	-

9.4. Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Não aplicável

10. Anexo às Demonstrações Orçamentais

10.1. Alterações Orçamentais da Receita

Foram efetuadas alterações orçamentais de reforço no montante total de 4.163.666,00€, dos quais 1.941.014,10€ são referentes a saldos da gestão anterior de Projetos.

As alterações orçamentais tiveram um cariz de natureza corrente.

As alterações orçamentais foram devidamente aprovadas pelos órgãos com a competência para autorizar.

Quadro de síntese da execução orçamental da Receita no período compreendido entre 01.01.2021 e 31.12.2021:

Rubricas (1)	Tipo (2)	Previsões iniciais (3)	Receita			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	Observações (8)
			Inscrições/ Reforços (4)	Alterações orçamentais Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)		
R11	P	-	5.435,00	-	-	5.435,00	
R14	P	-	4.050.000,00	-	-	4.050.000,00	
R5	P/M	12.002.815,00	108.231,00	43.731,00	-	12.067.315,00	
R5.1	P	4.162.452,00	-	28.917,00	-	4.133.535,00	
R5.1.1	P/M	7.840.363,00	108.231,00	14.814,00	-	7.933.780,00	
R5.1.1.1	P	3.357.214,00	43.731,00	14.814,00	-	3.386.131,00	
R5.1.1.3	P	4.483.149,00	64.500,00	-	-	4.547.649,00	
R5.1.2	P	4.162.452,00	-	28.917,00	-	4.133.535,00	
R9	P	507.742,00	-	64.500,00	-	443.242,00	
R9.1.1	P	507.742,00	-	64.500,00	-	443.242,00	
R9.1.1.3	P	507.742,00	-	64.500,00	-	443.242,00	
Total		12.510.557,00	4.163.666,00	108.231,00	0,00	16.565.992,00	

10.2. Alterações Orçamentais da Despesa

Foram efetuadas um total de 2.986.731,00€ de alterações orçamentais da despesa de reforço e um total de 1.045.716,00€ de anulações sendo que ficamos com um saldo positivo de reforço no montante de 1.941.015,00€, que corresponde ao montante do saldo de gestão de Projetos.

Rubricas (1)	Tipo (2)	Dotações iniciais (3)	Despesa			Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)	Observações (8)
			Inscrições/ Reforços (4)	Alterações orçamentais Diminuições/ Anulações (5)	Créditos especiais (6)		
D1	P/M	4.603.561,00	692.318,00	352.534,00	-	4.943.345,00	
D1.1	P/M	3.738.681,00	524.273,00	321.458,00	-	3.941.496,00	
D1.2	P/M	47.502,00	15.475,00	8.360,00	-	54.617,00	
D1.3	P/M	817.378,00	152.570,00	22.716,00	-	947.232,00	
D2	P/M	6.649.339,00	1.972.686,00	585.153,00	-	8.036.872,00	
D4	P/M	631.269,00	219.316,00	19.735,00	-	830.850,00	
D4.1	P/M	631.269,00	219.316,00	19.735,00	-	830.850,00	
D4.1.2	P/M	530.050,00	-	13.161,00	-	516.889,00	
D4.1.4	P/M	101.219,00	219.316,00	6.574,00	-	313.961,00	
D5	P	118.646,00	78.617,00	-	-	197.263,00	
D6	P/M	507.742,00	23.794,00	88.294,00	-	443.242,00	
Total		12.510.557,00	2.986.731,00	1.045.716,00	0,00	14.451.572,00	

10.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Não aplicável.

10.4. Contratação Administrativa – Situação dos Contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência					Pagamentos acumulados					Observações
	Objecto *	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número registo	Data		Trabalhos normale	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	Trabalhos normale	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Sip Trunks sobre a RCTS - de 01/01/2018 a 31/12/2020 - agregação	11/12/2017	24.388,11	24.388,11			21/06/2018	7,56	-	-	-	-	1.500,57	-	-	-	-	
NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	Sip Trunks sobre a RCTS - de 01/01/2018 a 31/12/2020 - agregação	01/03/2018	10.225,58	10.225,58			09/10/2020	0,97	-	-	-	-	19,93	-	-	-	-	
Quidgest - Consultores de Gestão, SA	Aquisição de serviços de manutenção evolutiva SINGAP - sistema integrado para a nova gestão administrativa pública para 2019 a 2021.	17/08/2018	93.947,40	93.947,40			13/05/2019	30.700,80	-	-	-	-	93.947,40	-	-	-	-	
Transportes Marcolino	Locações de bens móveis - Arrendamento de armazém sito em Alcochete pelo prazo de 36 meses	01/01/2019	68.400,00	68.400,00			28/11/2019	22.800,00	-	-	-	-	66.500,00	-	-	-	-	
APPH & Associado, SROC, LDA	Fiscal Único, designação por 5 anos (2019 a 2023)	08/01/2019	58.008,76	58.008,76			14/02/2019	11.608,79	-	-	-	-	34.791,48	-	-	-	-	
CTT - Expresso - Serviços Postais e Logística, SA	Aquisição de serviços de entrega dedicada de correio e recolha de correio com avança para entrega em loja CTT, 2019 a 2021.	18/01/2019	17.446,76	17.446,76			27/03/2019	4.846,30	-	-	-	-	15.992,79	-	-	-	-	
Jet Cooler Águas e Cafés S.A.	Aluguer de equipamento purificador de água, aquisição de copos e garrafas de vidro	22/01/2019	3.797,26	3.797,26			02/04/2019	1.180,80	-	-	-	-	3.755,93	-	-	-	-	
TCSI - DIGIBÉRIA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Aluguer de um equipamento multifuncional de cópia, impressão e digitalização, novos; assistência e manutenção	25/01/2019	45.510,00	45.510,00			02/10/2019	11.249,46	-	-	-	-	29.889,62	-	-	-	-	
Parque Escolar, EPE	Pagamento de despesas com eletricidade do edifício - Parque Escolar	07/08/2019	72.000,00	72.000,00			27/12/2019	2.257,66	-	-	-	-	66.153,67	-	-	-	-	
OCDE	Contribuição voluntária da adesão de Portugal ao 2.º ciclo do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos em 2019/2020/2021/2022/2023.	27/08/2019	567.505,00	567.505,00			29/08/2019	100.215,00	-	-	-	-	297.077,00	-	-	-	-	
ACIN-ICLOUD SOLUTIONS, Lda	Aquisição de serviços de Utilização da Plataforma Electrónica de Contratação (2019-2022), agregação da Secretaria Geral da Educação e Ciência	01/09/2019	254,61	254,61			30/12/2019	84,87	-	-	-	-	198,03	-	-	-	-	
Totalfun	Serviços de viagens e alojamento por 24 meses - 2020 e 2021	05/10/2019	74.900,00	74.900,00			08/04/2020	1.699,00	-	-	-	-	7.006,00	-	-	-	-	
CTT Correios de Portugal	Serviços postais para 36 meses	08/10/2019	24.000,00	24.000,00			02/04/2020	796,39	-	-	-	-	2.496,63	-	-	-	-	
Via Verde Portugal - Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A.	Aquisição de serviços de via verde - portagens e estacionamento 2020	05/12/2019	3.685,40	3.685,40			30/12/2020	4,40	-	-	-	-	1.226,27	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Número Único 707200030 - linha de atendimento à Campanha Qualifica - 2020	01/01/2020	1.437,77	1.437,77			05/05/2020	119,81	-	-	-	-	1.437,76	-	-	-	-	

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência					Pagamentos acumulados					Observações
	Objecto *	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos e mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos e mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	
Petróleos de Portugal - Petrogal SA	Combustíveis rodoviários para 2020	01/01/2020	42.047,55	42.047,55			26/03/2020	122,77	-	-	-	-	5.369,71	-	-	-	-	
Associação de Música Educação e Cultura - O Sentido dos Sons	Apoio financeiro à Associação Música, Educação e Cultura - O Sentido dos Sons (AMEC) - Adenda ao V Acordo de Fundadores	01/01/2020	2.450.250,00	2.450.250,00			24/06/2020	490.050,00	-	-	-	-	980.100,00	-	-	-	-	
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, S.A.	Aquisição de serviço móvel terrestre - Lote 3 - Serviço Combinado móvel de voz e dados e móvel de dados	11/02/2020	36.360,01	36.359,64			04/08/2020	4.443,67	-	-	-	-	6.500,95	-	-	-	-	
KIServices, Lda.	Aquisição de serviços de limpeza para 24 meses	14/04/2020	132.619,49	132.619,49			09/07/2020	66.309,72	-	-	-	-	109.855,44	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados em local fixo - Acesso à Internet e conectividade, com início a 23/05/2020 até 31/12/2020	20/05/2020	2.612,15	2.612,15			05/08/2020	711,18	-	-	-	-	2.583,95	-	-	-	-	
Parque Escolar, EPE	Despesas de água relativas à utilização dos espaços do edifício da ANQEP - Parque Escolar	09/07/2020	38.762,84	44.859,45			21/08/2020	454,86	-	-	-	-	42.606,25	-	-	-	-	
Instituto Politécnico de Lisboa (Escola Superior de Tecnologia da Saúde	Aquisição de serviços de promoção da segurança e saúde no trabalho pelo período de 36 meses.	10/07/2020	46.165,38	46.165,38			30/12/2020	4.688,65	-	-	-	-	13.258,65	-	-	-	-	
Arquivarius, Arquivo e Documentação, Lda	Aquisição de serviços de avaliação e seleção de documentação acumulada	02/10/2020	42.704,52	42.704,52			23/12/2020	21.352,18	-	-	-	-	32.028,27	-	-	-	-	
Guerin, Rent-A-Car	Rent a Car de curto prazo, de 3 viaturas	23/11/2020	1.601,99	1.601,99			24/02/2021	1.554,87	-	-	-	-	1.554,87	-	-	-	-	
Via Verde Portugal - Gestão de Sistemas Electrónicos de Cobrança, S.A.	Serviços de portagens e de estacionamento - Via Verde para 2021	27/11/2020	4.533,04	4.533,04			30/12/2020	966,52	-	-	-	-	980,22	-	-	-	-	
PROFORAL - Associação pra a promoção da formação	Aquisição de serviços para a consecução do Projeto #EstudoEmCasa no ano letivo 2020/2021	11/12/2020	53.865,98	53.865,98			29/12/2020	32.319,57	-	-	-	-	53.865,97	-	-	-	-	
Ángela Cristina Lourenço Fernandes	Aquisição de serviços para a consecução do Projeto #EstudoEmCasa no ano letivo 2020/2021	11/12/2020	44.044,14	44.044,14			25/02/2021	34.736,11	-	-	-	-	34.736,11	-	-	-	-	
Petróleos de Portugal - Petrogal SA	Aquisição de combustíveis rodoviários para 2021	14/12/2020	20.654,78	20.654,78			16/03/2021	3.706,50	-	-	-	-	3.706,50	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados em local fixo - Acesso à Internet e conectividade no distrito de Lisboa - Lote11, ao abrigo do Acordo Quadro (AQ-SFC-2019)	17/12/2020	1.992,60	1.992,60			11/08/2021	1.826,54	-	-	-	-	1.826,54	-	-	-	-	
Luís Filipe Verde de Sousa	Aquisição de serviços de consultoria jurídica	22/12/2020	92.127,00	92.127,00			30/12/2020	57.935,15	-	-	-	-	85.573,25	-	-	-	-	
VISACÇÃO - Segurança Privada, S. A.	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana para 2021-2023 (36 meses)	23/12/2020	111.190,60	111.190,60			30/04/2021	32.703,10	-	-	-	-	32.703,10	-	-	-	-	
Cael - Consórcio de Automóveis Excelsior, Lda	Aluguer de veículos superior a 60 dias para 2021.	31/12/2020	5.720,42	5.720,47			19/03/2021	5.720,46	-	-	-	-	5.720,46	-	-	-	-	
2045 - Gáta Serviços de Vigilância e Segurança A.C.E.		31/12/2020	6.002,15	6.002,15			08/04/2021	6.002,15	-	-	-	-	6.002,15	-	-	-	-	

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência					Pagamentos acumulados					Observações
	Objecto *	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluído os a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluído os a menos	
Link Consulting, TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO S.A.	Aquisição de serviços de suporte e atualização do edoclink- solução de gestão documental para o ano de 2021	31/12/2020	12.287,70	12.287,70			13/09/2021	12.286,50	-	-	-	-	12.286,50	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aluguer de dois routers HUAWEI AR161W, incluindo a operação e gestão destes equipamentos	31/12/2020	434,83	434,83			27/04/2021	398,64	-	-	-	-	398,64	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	SIP Trunk sobre a RCTS - Posição A, B, C e D (2021-23)	31/12/2020	8.413,20	8.413,20			16/03/2021	313,13	-	-	-	-	313,13	-	-	-	-	
Mao - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Linha de atendimento à Campanha Qualifica - 2021	04/01/2021	5.956,15	5.956,15			27/04/2021	3.196,86	-	-	-	-	3.196,86	-	-	-	-	
PÚBLICO - Comunicação Social, SA	Publicação de anúncios de procedimentos concursais de recrutamento para dirigentes em jornal de expansão nacional.	04/01/2021	405,90	405,90			29/03/2021	243,54	-	-	-	-	243,54	-	-	-	-	
M. Rodrigues & Sociedade de Advogados, SPRL	Aquisição de serviços de patrocínio forense, em processos judiciais de qualquer natureza, a prestar à ANQEP, L.P. no âmbito da sua atividade	04/01/2021	4.920,00	4.920,00			26/08/2021	1.048,94	-	-	-	-	1.048,94	-	-	-	-	
OCDE	Employer Modula Project - pagamento à OCDE.	04/01/2021	10.000,00	10.000,00			04/03/2021	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00	-	-	-	-	
INCH - Imprensa Nacional Casa da Moeda	Aquisição de serviços à INCH relativos à publicação de atos na 2ª série do Diário da República no ano de 2021.	04/01/2021	2.460,00	2.161,70			31/03/2021	1.553,57	-	-	-	-	1.553,57	-	-	-	-	
Serviços Sociais da Administração Pública	Pagamento de participação aos Serviços Sociais da Administração Pública.	04/01/2021	11.871,36	11.871,36			26/02/2021	11.871,36	-	-	-	-	11.871,36	-	-	-	-	
INA - Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Formação INA de 08/02/2021 a 05/03/2021	08/02/2021	1.960,00	1.960,00			16/03/2021	1.820,00	-	-	-	-	1.820,00	-	-	-	-	
Transportes Marciano	Aquisição de serviços de transporte de bens.	08/02/2021	4.305,00	4.305,00			29/12/2021	4.305,00	-	-	-	-	4.305,00	-	-	-	-	
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial	Registo de marca nacional Catálogo Nacional de Qualificações - Pagamento de taxa	16/02/2021	10,79	10,79			08/06/2021	10,79	-	-	-	-	10,79	-	-	-	-	
IGCP	Procedimento para aquisição de serviços de certificação digital através de cartões Multicert utilizados no acesso ao Homebanking Tesouro, por colaboradores da ANQEP	01/03/2021	17,53	17,53			30/09/2021	17,53	-	-	-	-	17,53	-	-	-	-	
Brandley-serviços de marketing, S.A.	Aquisição de serviço de tradução para reunião DGVt e Conferência no âmbito da Presidência Portuguesa da UE	04/03/2021	2.829,00	2.829,00			08/04/2021	553,50	-	-	-	-	553,50	-	-	-	-	
Asser.biz,Lda	Aquisição de serviço para apoio digital a reuniões e conferências.	05/03/2021	4.305,00	4.305,00			08/04/2021	1.722,00	-	-	-	-	1.722,00	-	-	-	-	
INA - Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Aquisição de serviços de formação profissional ministrada pelo INA	12/03/2021	980,00	980,00			27/04/2021	420,00	-	-	-	-	420,00	-	-	-	-	
INA - Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas	Aquisição de serviços de formação profissional ministrada pelo INA	29/03/2021	700,00	700,00			31/05/2021	490,00	-	-	-	-	490,00	-	-	-	-	

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência					Pagamentos acumulados					Observações
	Objecto *	Data	Valor do contrato	Preço contratual	Número registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos de suprimento de erros e omissões	Outros trabalhos, incluindo os a menos	
IGCP	Processamento para aquisição de serviços de certificação digital através de cartões Multicart utilizados no acesso ao Homebanking Teseuro	01/04/2021	258,30	258,30			30/09/2021	129,16	-	-	-	-	129,16	-	-	-	-	
Cael - Consórcio de Automóveis Futelcor, Lda	Rent a car de 3 veículos a 60 dias (de 1 de maio de 2021 a 30 de junho de 2021)	23/04/2021	7 933,55	7 933,55			30/09/2021	7 933,55	-	-	-	-	7 933,55	-	-	-	-	
Ar Co - Centro de Arte e Comunicação Visual	Contribuição voluntária a favor da Ar.Co no âmbito do protocolo celebrado	14/05/2021	50.000,00	50.000,00			30/09/2021	25.000,00	-	-	-	-	25.000,00	-	-	-	-	
Royal School Of Languages - Escolas de Línguas Lda	Aquisição de serviços de interpretação (tradução simultânea) no âmbito da realização da conferência "Quality Assurance in VET : Placing People First"	14/05/2021	430,50	430,50			24/11/2021	430,50	-	-	-	-	430,50	-	-	-	-	
L.L.H. - Learning and Innovation Hub, Lda (FLAG)	Aquisição de serviços de conceção de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) e de qualificações na área digital	11/06/2021	2.214,00	2.214,00			30/09/2021	1.800,00	-	-	-	-	1.800,00	-	-	-	-	
Cael - Consórcio de Automóveis Excelcor, Lda	Rent a car de 3 veículos pelo prazo de 185 dias	22/06/2021	9.045,11	9.045,11			30/09/2021	7.625,25	-	-	-	-	7.625,25	-	-	-	-	
Iberdigital, Lda.	Aquisição de Software Adobe	25/06/2021	5.977,80	5.977,80			24/11/2021	5.977,80	-	-	-	-	5.977,80	-	-	-	-	
Virginia Coutinho & Fity Digital School, Lda	Aquisição de serviços de formação	01/07/2021	965,00	965,00			12/11/2021	965,00	-	-	-	-	965,00	-	-	-	-	
Galileo - Formação e Serviços S.A.	Aquisição de serviços de formação.	11/08/2021	688,80	688,80			29/10/2021	688,80	-	-	-	-	688,80	-	-	-	-	

10.6. Transferências e Subsídios - Despesa

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)							
Transferências correntes	Total Transferências correntes.			-	622.765,00 C	622.765,00 C	-	-	-
	Total			-	622.765,00 C	622.765,00 C	-	-	-

10.7. Transferências e Subsídios - Receita

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)						
Transferências correntes	Total Transferências correntes.			-	7.980.609,98 C	(7.980.609,98 C)	62,01 C	-
Transferências de capital	Total Transferências de capital.			-	443.242,00 C	(443.242,00 C)	-	-
	Total			-	8.423.851,98 C	(8.423.851,98 C)	62,01 C	-

10.8. Outras Divulgações

10.8.1. Dívidas por Antiguidade de Saldos

Classificação Económica associada a cada uma das rubricas do DTAS	Descrição	Dívida vincenda		Intervalos de Antiguidade da dívida vencida (em dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Médio / longo prazo	< 90	[90 - 180[[180 - 365[> 365			Curto prazo	Médio / longo prazo	Soma
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[D]	[E]=[2]+[3]+[4]-[D]	[F]=[A]+[C]
	Despesas Correntes	7.100,25	-	15.330,11	-	-	-	-	-	22.430,36	-	22.430,36
	Despesas com Pessoal	7.100,25	-	-	-	-	-	-	-	7.100,25	-	7.100,25
0101	Remunerações Certas e Permanentes	7.051,61	-	-	-	-	-	-	-	7.051,61	-	7.051,61
0102	Abonos Variáveis ou Eventuais	48,64	-	-	-	-	-	-	-	48,64	-	48,64
0103	Segurança Social das quais:	-	-	15.330,11	-	-	-	-	-	15.330,11	-	15.330,11
010301 ; 010302	Encargos com a Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
010301; 010302	ADSE e outros da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
010301; 010302	Outros sectores fora da AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
010305	Contribuições de segurança social	-	-	15.330,11	-	-	-	-	-	15.330,11	-	15.330,11
010305 A0 A0	CGA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
010305 A0 B0	Segurança Social- Regime Geral	-	-	15.330,11	-	-	-	-	-	15.330,11	-	15.330,11
010305 A0 C0	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
010303 ; 010304 , 010306 A 010310	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
02	Aquisições de Bens e Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04	Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0403 a 0406	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0401 ; 0402 ; 0407 a 0409	Outras Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
05	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06	Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07	Aquisições de Bens de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
08	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0803 a 0806	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
0801 ; 0802 ; 0807 a 0809	Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
09	Aquisição de ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10	Reembolso de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11	Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Soma	7.100,25	-	15.330,11	-	-	-	-	-	22.430,36	-	22.430,36



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional I.P. (doravante designada de Entidade ou ANQEP), que compreendem o balanço em 31.12.2021 (que evidencia um total de 5.442.136,70 euros e um total de património líquido negativo de 156.477 euros, incluindo um resultado líquido de 62.412 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos referidos na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ANQEP em 31.12.2021, o seu desempenho financeiro, e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reserva

Este relatório mantém-se sem que tivéssemos tido a possibilidade de efetuar os procedimentos necessários de conciliação que nos permitam concluir sobre a constituição do Património à data do início de POC-E pela antecessora ANQ no valor de 342.544 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da



Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;

- elaboração do relatório de gestão e contas, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a

atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão e contas com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da ANQEP que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 10.364.866 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 5.358.075 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

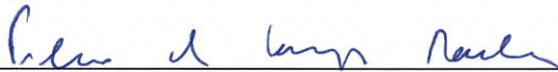
Sobre o relatório de Gestão

Em nossa opinião, quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o Relatório de Contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

A ANQEP conforme indicado no seu ponto 4 – Indicadores Económicos e Financeiros não preparou o Relatório de Gestão ao abrigo da NCP 27 – Contabilidade de Gestão em conformidade com o previsto no §34 da supracitada norma estando a estudar a melhor forma de implementar instrumentos de análise e reporte.

Lisboa, 12 de abril de 2022

**APPM – ANA CALADO PINTO, PEDRO DE CAMPOS MACHADO,
ILÍDIO CÉSAR FERREIRA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
representada por:**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro de Campos Machado', written over a horizontal line.

Pedro de Campos Machado
(ROC nº 1318 e CMVM nº 20160928)